

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

REGIANE VALENTIM LEITE

**PAISAGENS QUE MENTEM E REVELAM: A AUTOCONSTRUÇÃO EM BOM
JESUS, VIÇOSA - MG, COMO ESTRATÉGIA DE POTENCIALIZAÇÃO ESPACIAL
NA PERIFERIA (1970-2014)**

**VIÇOSA - MINAS GERAIS
2014**

REGIANE VALENTIM LEITE

**PAISAGENS QUE MENTEM E REVELAM: A AUTOCONSTRUÇÃO EM BOM
JESUS, VIÇOSA - MG, COMO ESTRATÉGIA DE POTENCIALIZAÇÃO ESPACIAL
NA PERIFERIA (1970-2014)**

Monografia, apresentada ao Curso de Geografia da Universidade Federal de Viçosa como requisito para obtenção do título de bacharel em Geografia.

Orientadora: Maria Isabel de Jesus Chrysostomo

VIÇOSA – MINAS GERAIS
2014

REGIANE VALENTIM LEITE

PAISAGENS QUE MENTEM E REVELAM: A AUTOCONSTRUÇÃO EM BOM JESUS, VIÇOSA - MG, COMO ESTRATÉGIA DE POTENCIALIZAÇÃO ESPACIAL NA PERIFERIA (1970-2014)

Monografia, apresentada ao Curso de Geografia da Universidade Federal de Viçosa como requisito para obtenção do título de bacharel em Geografia.

APROVADA: 07 de janeiro de 2014.

Prof. Aline Werneck Barbosa de Carvalho
(UFV)

Prof. Ulysses da Cunha Baggio
(UFV)

Prof. Maria Isabel de Jesus Chrysostomo
(Orientadora)
(UFV)

VIÇOSA – MINAS GERAIS
2014

Dedico esse trabalho aos moradores do bairro Bom Jesus e de todas as periferias que praticam a autoconstrução como forma de enfrentamento das dificuldades encontradas nas cidades.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus Pais... primeiramente, AO SUBLIME, que devido à fé e força que me concede, acaba por se fazer presença quase concreta em minha vida; e ao MEU PAI e MINHA MÃE mais que concretos, que sempre me aconselham, me ensinam e, principalmente, me ouvem.

Agradeço ao meu namorado pela companhia e pela ajuda, o que foi fundamental para a conclusão da pesquisa.

Agradeço a minha irmã, por, muitas vezes, ceder seu lugar de descanso ao meu emaranhado de textos e livros durante a escrita desse trabalho.

Agradeço às minhas sobrinhas pela doce companhia e pelos momentos de distração que me aliviaram a tensão inúmeras vezes.

Agradeço aos amigos que complementaram as ideias acerca do trabalho, além de terem compartilhado os momentos difíceis e alegres do caminho trilhado na graduação.

Agradeço a todos os moradores do Bairro Bom Jesus pelo aprendizado e aos funcionários das instituições, que recorri durante o levantamento de informações, pela atenção.

Agradeço à professora Isabel, orientadora deste trabalho, pela sabedoria, pela compreensão e pelo crescimento acadêmico que me possibilitou.

“O único lugar aonde o sucesso vem antes do trabalho é no dicionário”. (Albert Einstein)

RESUMO

Este trabalho teve como intuito reavaliar os estereótipos existentes sobre a paisagem periférica urbana de Viçosa - MG, a partir da reflexão sobre a constante autoconstrução ou, como é conhecida popularmente: os famosos *puxadinhos*, que surgem nas periferias enquanto estratégia econômica e meio de inserção e fixação na cidade pela população de baixa renda nativa ou proveniente da zona rural, em uma tentativa de ajustar-se ao crescimento desordenado da cidade, principalmente, após a federalização da UFV na década de 1970. Para a realização deste estudo, foram abordados os conceitos de paisagem, espaço, autoconstrução, periferia e segregação, além de serem utilizados dados estatísticos, literatura interdisciplinar, fotografias e entrevistas semi-estruturadas, que demonstraram que a autoconstrução revela a criatividade e expressa estratégias dos grupos pobres, sobretudo nos países em desenvolvimento, de potencializar o espaço e se adequar às constantes mudanças ocorridas no meio geográfico, permitindo-nos apontá-la como aspecto concreto da identidade coletiva da população segregada das periferias, partindo da análise empírica sobre o bairro Bom Jesus, em Viçosa - MG. Conclui-se que as características incompletas da urbanização brasileira resultam em padrões periféricos de crescimento urbano constituídos por espaços de precariedade das condições de reprodução social e agravam a heterogeneidade entre as paisagens e os espaços citadinos. Contudo, fazem aflorar na periferia outras centralidades, forças e poderes, que também reivindicam o espaço da cidade, seus serviços e benefícios, principalmente os ligados à melhoria das moradias.

Palavras-chave: autoconstrução, puxadinhos, estratégia, habitação, periferia.

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| INTRODUÇÃO | 1 |
| METODOLOGIA UTILIZADA | 7 |
| Momento metodológico I | 7 |
| Momento metodológico II | 9 |
| CAPÍTULO 1: NO BRASIL, O POBRE TEM DIREITO À MORADIA? | 10 |
| Contexto, dilemas e limites à conquista da casa própria no Brasil | 10 |
| Minha casa, nossos lares: considerações sobre os “ <i>puxadinhos</i> ” enquanto estratégia espacial e econômica para obtenção de moradia na cidade | 14 |
| Periferias enquanto espaços de autoconstrução | 20 |
| CAPÍTULO 2: BOM JESUS E A AUTOCONSTRUÇÃO | 23 |
| O bairro Bom Jesus e sua constituição como periferia e espaço segregado em Viçosa - MG | 23 |
| Periferia viçosense: o bairro Bom Jesus enquanto espaço autoconstruído | 34 |
| CAPÍTULO 3: PAISAGENS QUE MENTEM | 48 |
| Algumas considerações sobre o conceito de paisagem | 48 |
| Olhares sobre a paisagem do Bairro Bom Jesus | 50 |
| CAPÍTULO 4: PAISAGENS QUE REVELAM | 53 |
| Autoconstrução no bairro Bom Jesus: características e estratégias | 53 |
| Análise da postura política dos moradores do Bom Jesus no enfrentamento cotidiano dos problemas ligados à moradia: como o exercício da cidadania antecede o direito à cidade? | 60 |
| Necessidade e criatividade: os <i>puxadinhos</i> como formas de potencialização espacial | 63 |
| CONCLUSÃO | 66 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 68 |
| ANEXOS | |

1 INTRODUÇÃO

Manhã de segunda, lembro-me como se fosse hoje, acordei com um barulho vindo do outro lado do muro. Vinha da, ou melhor, das casas vizinhas. Era Sueli que batia à porta da casa de sua mãe - a Dona Maria - para lhe entregar as duas filhas, a mais velha já acordada e a mais nova ainda dormindo enrolada em uma manta. Sei desses detalhes porque escutei claramente quando Sueli pediu para a mãe colocar a filha caçula no canto do avô para que ele pudesse vigiar até que ela acordasse, bem como quando pediu para a mãe colocar a manta que aquecia a filha na sacola de roupas, enquanto a outra neta pedia a benção da avó. Sueli repetia o mesmo processo toda semana, de segunda à sexta, pois deixava as filhas para a avó “tomar conta” enquanto ela e o marido trabalhavam.

Sueli e o marido moravam em uma das quatro casas que o pai, o Senhor Durval, havia construído em seu terreno para quatro de seus filhos (Sueli, Ronaldo, Reginaldo e Robson) morarem, assim que se casaram. Ele havia “levantado” quatro *puxadinhos* (nome pelo qual ele mesmo chamava as casas) com as próprias mãos, com o seu conhecimento e com o dinheiro da aposentaria de seu trabalho como metalúrgico, típica profissão de imigrantes mineiros que foram “tentar a vida” na grande São Paulo, por volta dos anos 60 e 70.

Ao longo dos dias, e também de algumas noites e finais de semana, era comum aos meus sentidos ouvir e ver o Senhor Durval empenhado em “montar” os *puxadinhos*, como se fossem quebra-cabeças, tijolo por tijolo. Era realmente isso que significavam para ele: um passatempo, uma forma de não se entregar ao tédio da aposentadoria na periferia de uma cidade grande e violenta que inibia qualquer tentativa de lazer fora das próprias casas gradeadas, mas também uma maneira de garantir teto aos filhos, de abrigá-los e de honrar-se pela capacidade, mesmo que amadora, de erguer uma nova casa.

Na minha casa também havia um *puxadinho*. Tínhamos um espaço muito pequeno e estreito, ao lado da cozinha, onde minha mãe lavava as roupas. Porém, meu pai decidiu, em um mês que havia sobrado um “dinheirinho”, construir, ele mesmo auxiliado pelo meu tio (que era um pedreiro experiente), um cômodo mais espaçoso na área acima da casa, que funcionaria como uma lavanderia coberta, para minha mãe pendurar as roupas, mesmo nos dias chuvosos.

Essa pequena intervenção não se comparava às ampliações do vizinho. Ao todo, incluindo a casa original (onde a Dona Maria e o Senhor Durval moravam), havia no terreno

cinco casas, sendo que os *puxadinhos* dos filhos não estavam finalizados. O combinado era que ficasse a cargo dos mesmos o acabamento de suas moradias.

Logo após o casamento, Sueli e o marido foram morar de aluguel com um desejo de maior privacidade, pagando por um apartamento mais distante de suas famílias. Entretanto, passados quatro anos, se mudaram para a casa que o pai havia construído, pois os gastos com as duas filhas pequenas aumentavam juntamente com o preço do aluguel, o que dificultava a situação financeira do casal e o que os fez aceitar a nova casa no terreno do Senhor Durval e da Dona Maria.

No terreno do Senhor Durval, uma das noras, a Silene, mulher de Reginaldo, cuidava das outras duas filhas dos cunhados Robson e Andréia, que também trabalhavam e pagavam por seus serviços de babá, já que se encontrava desempregada e ainda sem filhos. Ronaldo e sua esposa Odete também tinham dois filhos, que ficavam com a própria mãe. Odete havia deixado o trabalho para se empenhar nos cuidados com os pequenos e com a casa, a pedido do marido, pois as creches do bairro estavam sem vagas para receber mais crianças e eram consideradas, pelos pais residentes no local, como não muito confiáveis.

Eu, muitas vezes, deitada em minha cama antes de me levantar para ir à escola, ouvia as conversas e os movimentos da “grande família” pela manhã, uma vez que a janela do meu quarto era voltada para o muro de divisa com o terreno do Senhor Durval. Achava muito interessante a mobilização desses vizinhos para possibilitar, mesmo que movidos pela necessidade, o desenrolar da vida, do trabalho e da convivência.

Convivência! Aaa...essa era bastante complexa, não só pela quantidade de pessoas que viviam e conviviam naquele espaço (ao todo eram dezessete no terreno, contando com a filha solteira do Senhor Durval e de Dona Maria, a Selma, que morava na casa dos pais), mas também pelos conflitos diários entre os moradores: ciúmes entre as noras; brigas referentes à criação dos netos e sobrinhos; desacordos em relação às construções; invasão de privacidade; fofocas e, até mesmo, desacordos pela divisão dos dias para uso do varal que era o único no terreno.

Sim. Embora ali eu visse a solidariedade entre familiares como o primeiro aspecto observado, era possível perceber do lado de cá do muro, o quão difícil era conviver, fazer-se autônomo, independente e passivo naquele espaço.

São cenários como este, de histórias com nomes fictícios, porém de personagens reais que me aguçaram o interesse por desvendar os aspectos implícitos na constante construção e ampliação de casas em um mesmo terreno, nos processos socioeconômicos

envolvidos, na paisagem inacabada e na conformação das periferias brasileiras autoconstruídas.

Além disso, essas histórias me aguçaram o interesse em entender as redes de solidariedade e, também, as diversidades e conflitos envoltos nesse movimento da autoconstrução na periferia urbana.

Tarefa difícil como pesquisadora, pois como observa Santos (1991), “acredita-se que a própria percepção de um problema como uma questão social esteja relacionada com a visão de mundo do pesquisador” (p.7). Atribuo, portanto, o despertar pela temática ao fato de ter vivido durante a infância e a pré-adolescência na periferia da Grande São Paulo e sempre ter observado intrigada a constante construção dos *puxadinhos* no bairro em que residia. Também, por observar, mesmo sem entender, a desigualdade existente entre centro e periferia da cidade, que era e é fortemente impressa na paisagem urbana.

A inquietação inicial como observadora das situações relatadas foi ampliada com o ingresso ao curso superior de Geografia, quando foram constatadas também a carência de investigações sobre o tema a partir de uma perspectiva geográfica e a relevante necessidade de estudos que reflitam sobre as formas de (re)criação espacial das moradias enquanto grafias populacionais dos grupos sociais menos abastados.

A vivência em Viçosa fez-me confrontar com cenários e histórias como os relatados, já que são facilmente percebidos nas periferias de cidades de menor porte. Os estudos sobre o urbano tornaram-me capaz de perceber como as áreas periféricas crescem sem assistência do Estado e como a autoconstrução se torna mecanismo social para as classes populares terem acesso à moradia.

Para compreender o caso de Viçosa, pude observar que a autoconstrução foi impulsionada pelo crescimento populacional que ocorreu, principalmente, após a injeção de capital com a federalização da Universidade Federal de Viçosa - UFV, em 1969. Este evento desencadeou um processo de expansão proeminente da instituição através dos cursos e fez com que a cidade passasse a ser conhecida como pólo educacional, atraindo, além de novos professores, alunos e funcionários, pessoas em busca de novas oportunidades de trabalho.

Como afirma Rodrigues (2008), tal fato gerou, mesmo que indiretamente, um crescimento acentuado da cidade com a vinda de grande contingente populacional em busca de emprego nos setores da construção civil, comércio e prestação de serviços. Desde então, a população urbana cresceu o equivalente a 27,3% (passando de 17.000 pessoas em 1970, para 68.036 em 2011), conforme dados da Pesquisa Census - 2011.

Entretanto, esse crescimento proeminente acabou por saturar o centro de Viçosa e fazer com que se desenvolvessem periferias sob condições inadequadas. Ilustrando esses aspectos, encontramos nos estudos de Maricato (1979) e Valladares (1980) um auxílio para a definição das características incompletas da urbanização brasileira ao apontarem que, geralmente, ocorre um padrão periférico de crescimento urbano que resulta em espaços de precariedade das condições de reprodução social, tipificados por uma urbanização de baixa qualidade socioambiental.

A expansão das periferias em Viçosa foi marcada por estes processos e também pela constituição de outras forças e poderes que também reivindicam o espaço da cidade, seus serviços e benefícios, além de esboçarem esforços para adaptação às transformações do urbano.

Neste contexto, é fácil notar a presença de ramificações habitacionais e comerciais, os famosos *puxadinhos*, etc., as casas autoconstruídas, que surgem nas periferias como moradias possíveis e, também, como fomento à estratégia econômica da população nativa e/ou dos pobres que passam a residir nas cidades, em uma tentativa de ajustar-se às mudanças ocorridas na região. Mudanças que, por Viçosa ter se tornado um local bastante atrativo enquanto pólo educacional, ocasionaram o aumento da procura por habitação e novas possibilidades de comércio e serviços voltados para atender à demanda de habitação, que a criação de novos cursos universitários impôs à cidade.

Diante de tais constatações, o objetivo deste trabalho é compreender a dinâmica dos *puxadinhos* e seus efeitos enquanto possibilidade habitacional e estratégia econômica das famílias residentes em um dos bairros da periferia de Viçosa, o Bom Jesus, bem como reavaliar os estereótipos existentes sobre a paisagem desse bairro.

Para tal, considereirei o Bom Jesus como bairro da periferia não pela distância física em relação ao centro da cidade (pois é um dos bairros, espacialmente, mais próximos ao centro), mas sim pela privação de serviços públicos na grande parte do bairro e pela segregação socioespacial encontrada no local. Considerei, também, a dinâmica envolvida na intensa autoconstrução presente no bairro como um elemento modificador e integrante do espaço e da paisagem no meio urbano.

Orientei a pesquisa para a análise das complexas relações de subordinação e complementaridade na periferia do sistema capitalista que culminaram na formação de moradias populares diversas, como é colocado por Costa (2006).

Destarte, inicio uma discussão sobre o direito à moradia no capítulo 1, “*No Brasil, o pobre tem direito à moradia?*”, objetivando, especificamente, contextualizar dilemas e limites à conquista da casa própria no Brasil. É também nesse capítulo que procurei fazer considerações sobre os puxadinhos enquanto estratégia espacial e econômica para obtenção de moradia no meio urbano, a fim de entrelaçar a autoconstrução como uma das possibilidades para a obtenção de moradia.

Foi realizada, também, uma análise sobre a periferia enquanto elemento modificador e integrante das cidades e como espaço segregado e carente de serviços públicos, fruto da carência habitacional das cidades brasileiras.

No capítulo 2, “*Bom Jesus e autoconstrução*”, descrevo as características do surgimento e desenvolvimento do bairro Bom Jesus, bem como possíveis motivos para a expansão dos puxadinhos no mesmo, integrando esta descrição ao histórico de urbanização de Viçosa. Procuo ainda relacionar o desenvolvimento periférico com a presença dos puxadinhos enquanto estratégias construtivas possíveis e formas de recriações populacionais perante o crescimento que enfrenta a cidade de Viçosa, sobretudo a partir da injeção de capital na UFV, com o advento de sua federalização, o que gerou consequências marcantes para a cidade, sobretudo a partir de 1970.

No primeiro tópico do capítulo 3, “*Paisagens que mentem*”, realizo uma breve discussão acerca do conceito de paisagem para compreender o que a paisagem do Bom Jesus revela para além dos olhos. Neste aspecto, busco identificar as visões simplistas e muito objetivas que existem sobre a paisagem do bairro. Procuo relacionar as características do bairro com a maneira como é visto e representado pelos moradores do Bom Jesus e por moradores de bairros vizinhos e centrais.

Inicio o capítulo 4, intitulado “*Paisagens que revelam*”, descrevendo e analisando características físicas e sociais constituintes da autoconstrução no bairro Bom Jesus, com o intuito de demonstrar como a paisagem dos *puxadinhos* revela práticas sociais. Para tal, busquei identificar, através de trabalho de campo, de entrevistas semi-estruturadas com alguns moradores e de observação direta, as condições de moradia dos habitantes, assim como os aspectos de informalidade, que caracterizam as casas e os terrenos desse local.

Analisar a espacialidade e o uso dos puxadinhos, bem como o perfil socioeconômico das famílias de quatro áreas/ruas estratégicas do bairro, como melhor explico ao longo desse capítulo, também foi nosso objetivo.

Além disso, para compreender o que as paisagens do Bom Jesus revelam, realizo uma investigação sobre as antigas e atuais formas de enfrentamento cotidiano dos problemas ligados à moradia no bairro, levando em consideração a postura política dos moradores ao longo do tempo e as diferentes formas de apropriação de cada parte do bairro.

Problematizo, ainda, os efeitos da estratégia econômica e/ou de sobrevivência implícitos na construção e expansão dos *puxadinhos*, bem como realizo uma análise sobre as formas pelas quais essas ramificações habitacionais se enquadram enquanto possibilidades geradas pela criatividade das classes populares em potencializar o espaço e se adequar às constantes mudanças ocorridas no meio geográfico subordinado às imposições colocadas pelo sistema capitalista, das quais cidades de pequeno porte, como Viçosa, também não se privam.

Para fundamentar minha hipótese sobre os *puxadinhos* enquanto potencialidade espacial para moradias, que conformam uma paisagem “mal-encarada” por encontrarem-se “fora” dos padrões estéticos habitacionais burgueses, busquei reavaliar os estereótipos sobre o bairro, à luz das informações obtidas através de entrevista com os moradores e identificando as estratégias de autoconstrução, como o trabalho dos moradores em suas horas de folga para a construção das casas e a escolha do local de compra dos materiais.

Utilizei, para fundamentar minha compreensão sobre o bairro, o conceito de paisagem, destacando, neste caso, os aspectos subjetivos do tema, demonstrando aí uma combinação entre olhares diretos e objetivos com olhares mais densos e aprofundados sobre a realidade do bairro Bom Jesus. Os conceitos de urbano, segregação, periferia e espaço também foram essenciais para a pesquisa, por serem a base da discussão apresentada.

De modo geral, busquei entender os *puxadinhos* e toda a sua constituição (construção, causas, utilidade, consequências, contexto) enquanto verdadeira expressão da dinâmica entre centro e periferia. Com isso, considero este estudo relevante ao conhecimento científico, acadêmico e social, já que os *puxadinhos*, enquanto uma forma de autoconstrução, são elementos centrais da cultura urbana da população de baixa renda.

Trata-se de um estudo fundamentado por literatura interdisciplinar e pertinente ao tema, no campo dos aspectos socioeconômicos urbanos, lastreado em pesquisa empírica, base cartográfica e análise crítica.

A pesquisa, enfim, teve como foco refletir sobre a expansão e a diversificação da paisagem periférica de uma cidade pequena, buscando identificar suas tensões, conflitos, precariedades e possibilidades.

2 METODOLOGIA

2.1 Momento metodológico I

Este momento foi composto pela análise bibliográfica, pesquisa empírica e levantamento de informações. Esses procedimentos ocorreram através de:

- Leitura de obras de autores especialistas em habitação popular como Maricato (1979), Rocha (2011), Lima (1980) e Villaça (1986). Essas leituras ajudaram no entendimento sobre como a construção dos puxadinhos faz parte da cultura brasileira enquanto hábito e/ou estratégia de sobrevivência de diversas famílias e como se emoldura enquanto expressão/símbolo da periferia urbana foi necessário recorrer à revisão literária acerca da autoconstrução no Brasil. Além disso, o filme “Fim de semana”¹ e algumas reportagens sobre a autoconstrução apresentaram-se como ferramenta peculiar ao desenvolvimento deste estudo. Juntamente com esse procedimento, foi realizada uma revisão bibliográfica a partir de estudos sobre o tema encontrados em Rodrigues (2008), Coutinho (2010), Santos (1991), Coelho (2013) e Silva (2010), buscando conhecimento sobre o histórico de urbanização da cidade de Viçosa, assim como sobre o surgimento e desenvolvimento do bairro Bom Jesus.
- Busca de dados em cadastros da Prefeitura Municipal e em registros oficiais do Cartório de Registro de Imóveis, bem como a busca por reportagens de jornais da cidade sobre a questão da moradia.
- Entrevistas semi-estruturadas com os moradores, que contaram com pontos básicos pré-determinados que nortearam os diálogos. Porém esses pontos básicos não foram aplicados rigidamente e sim de maneira flexível para que as informações fluíssem e possibilitassem fazer as adaptações necessárias, pois como nos alerta André e Ludke (1986): é necessário ouvir atentamente e estimular o fluxo natural da conversa, sem forçar determinadas respostas. Os moradores concordaram em responder às questões e, após garantir sigilo em relação aos informantes, o diálogo foi armazenado em um microgravador e, posteriormente, transcrito na íntegra para análise. As informações

¹ Filme documentário baseado no artigo “Autoconstrução, a arquitetura possível” de Erminia Maricato (1979) e produzido pela Federação de Cine Clubes – SP.

obtidas a partir de observações e impressões durante as entrevistas foram anotadas em um caderno logo após o término de cada entrevista, enquanto “a memória ainda estava quente” (ANDRÉ e LUDKE, 1986:38). Apesar do dispêndio de tempo, esses procedimentos propiciaram uma coleta de informações mais completa sobre a área. As entrevistas, cujo roteiro encontra-se no ANEXO A, auxiliaram na compreensão sobre o surgimento e espacialidade dos puxadinhos no bairro, além do reconhecimento das condições de (in)formalidade das casas e dos terrenos.

- Registro visual e fotográfico do cotidiano e das casas do bairro para análise da paisagem do local, devidamente consentidos pelos seus residentes. As fotografias possibilitaram a captura de aspectos marcantes da paisagem autoconstruída do bairro estudado. Esses registros foram enriquecidos pela comparação com imagens do aplicativo de internet Google Maps, o que permitiu visualizar e analisar a rápida e constante autoconstrução ao longo dos anos, uma vez que as fotos do aplicativo foram tiradas em 2011 e as fotos da pesquisa foram obtidas em 2014.
- Observação direta participativa nas visitas realizadas ao bairro. Foi possível também acompanhar o ritmo cotidiano de alguns moradores e, com isso, foi possível anotar até mesmo as falas coloquiais que considerei expressões relevantes do dia-a-dia no bairro. As observações realizadas também auxiliaram a problematizar a postura política dos residentes do bairro frente aos problemas urbanos enfrentados cotidianamente. Tal aspecto foi complementado através da participação em uma reunião no Conselho Municipal de Habitação e em outra da Associação de Moradores de Bairros. Esses momentos contribuíram para avaliar em que medida o exercício da cidadania antecede o direito à cidade, tanto por parte da iniciativa dos moradores do Bom Jesus, como por parte do incentivo e “disposição” da gestão pública.
- Entrevistas semi-estruturadas (ANEXO B) com dois representantes do Instituto de Planejamento do Município de Viçosa (IPLAM), um representante da Secretaria de Políticas Públicas e um profissional da área acadêmica (ANEXO C) acerca da questão habitacional urbana. Os entrevistados dessa etapa também concordaram em responder às questões, sendo combinados com antecedência o horário e o local para as entrevistas, bem como garantido o sigilo em relação à divulgação de informações específicas e pessoais dos colaboradores.

2.2 Momento metodológico II

Esse momento contou com a sistematização dos dados e reflexão crítica sobre os resultados através de:

- Elaboração de mapas que apresentam características iniciais e de expansão das ruas do bairro analisado, bem como a delimitação das quatro áreas diversas encontradas no local, para melhor visualização das impressões obtidas e entendimento sobre como se dá, de maneira diferenciada, a autoconstrução no Bom Jesus. A elaboração dos mapas foi realizada no Laboratório de Geoprocessamento/ Departamento de Solos - UFV, através do software ArcGis®, em sua extensão ArcMap e fazendo uso dos shapes² atualizados da base de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.
- Análise dos mapas confeccionados e de alguns dados fornecidos por fontes confiáveis como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e a Ong. Census, através do “Retrato Social de Viçosa”³.
- Continuidade à redação da pesquisa e das conclusões, onde assim como Perlman (1977), objetivamos contribuir para a ruptura da imagem infeliz atribuída às periferias urbanas, refletindo sobre as causas que levaram à constituição da periferia de Viçosa e sobre o que os *puxadinhos* representam enquanto reação às novas demandas da cidade e uma adaptação por parte do morador à sua situação “marginal” numa sociedade capitalista, altamente individualista e estratificada.

² Shapes são arquivos digitais que representam feições gráficas (ponto, linha, polígono) e que contém uma referência espacial (coordenadas geográficas) de qualquer elemento mapeado.

³ Documento elaborado pela Organização não governamental Centro de Promoção de Desenvolvimento Sustentável (Census) e o Instituto de Pesquisa de Mercado e Opinião Projetos e Consultorias. O intuito da elaboração foi suprir a demanda existente em termos de estatísticas atualizadas sobre o município. Nesse sentido, este documento apresenta diversos dados econômicos, sociais, habitacionais e demográficos de Bom Jesus e demais bairros da cidade, que foram agrupados em regiões urbanas de planejamento a fim de se obter uma compreensão mais específica das realidades locais, como afirma Coelho (2013, p. 13).

3 CAPÍTULO 1: NO BRASIL, O POBRE TEM DIREITO À MORADIA?

3.1 Contexto, dilemas e limites à conquista da casa própria no Brasil

[...] O seu chão é sagrado. Lá você dorme, lá você desperta, pode andar nu, cagar de porta aberta, lá você pode rir, ficar calado, lá você pode tanto querer bem, quanto querer mal a qualquer mortal. [...]

CHICO BUARQUE e PAULO PONTES

Gota d'água - 1977

Apesar da casa ser considerada um bem imprescindível à vida digna e à liberdade humana, discutiremos nesse capítulo inicial como a casa passa a ser encarada como “riqueza social, não enquanto valor, não enquanto capital, mas é posta a serviço do capital” (OLIVEIRA, 1979 *apud* MARICATO, 1979, p. 15).

Como afirma Villaça (1986), a ideia de habitação como um direito dos cidadãos surge em meados do século XX ao ser incluída como tal na Declaração Universal dos Direitos Humanos – artigo 25. Entretanto, com o desenvolvimento do capitalismo e com a intensa urbanização das cidades, a moradia deixa de ser pensada como um direito e passa a assumir a forma de mercadoria, assim como a terra urbana assume a forma de capital, ambas funcionando como “suporte para a acumulação que vem se dando através da indústria da construção civil e, dentro desta, da construção residencial” (OLIVEIRA, 1979 *apud* MARICATO, 1979, p. 14).

A partir do momento em que ocorre esta inversão de papéis, surge o chamado “problema habitacional”, pois, apesar de passar a ser obrigação de o Estado atender o direito da população à moradia digna e oferecê-la aos que não podem pagar por uma, este sabe, contraditoriamente, que é incapaz de cumprir esta tarefa. Por outro lado, há que se ressaltar que a especulação de terra faz parte da própria dinâmica de reprodução do capital imobiliário, já que este se mantém às custas da desigualdade entre classes e da escassez, sejam elas relacionadas à habitação, trabalho, saúde, educação, etc.

A contradição observada pelo modelo capitalista expõe o papel do Estado e de seus dirigentes, como mediadores desse conflito, que é contornado quando tais agentes passam a difundir a inverdade de que há um complexo problema de habitação. Origina-se aí uma forte ideologia que vem sendo perpetuada através de discursos políticos, de leis e políticas públicas: a escassez ou déficit habitacional.

A ideia de escassez, inclusive a habitacional, é extremamente útil à reprodução capitalista, pois é por meio dela que o mercado funciona enquanto estipulador de preços.

Dessa forma, Villaça (1986) e Bolaffi (1979) argumentam que o discurso de escassez da habitação, relacionado a uma “crise de moradia”, é uma falácia no caso do Brasil, pois apesar de existirem índices consolidados, não há déficit habitacional e sim pessoas que não possuem condições financeiras de pagar por moradia, pois o país possui exatamente o número de habitações para o qual há uma demanda monetária, ou seja, existe moradia suficiente para aqueles que têm condições de pagar por uma. Portanto, o problema habitacional trata-se de dificuldades de acesso à habitação para os pobres.

Este é mais um ponto que comprova o que foi exposto anteriormente, pois o Estado expõe um problema, de maneira manipulada, com o intuito de propagandear uma possível solução, atacá-lo, formulando falsos problemas impossíveis de serem resolvidos, a fim de legitimar o poder e de justificar medidas destinadas a satisfazer outros públicos e propósitos que não os da massa trabalhadora. Ou seja, o problema da precariedade e carência de moradias existe, porém ele é apresentado de forma distorcida, procurando focar no fenômeno visível e não na sua causa ou origem.

Sobre este aspecto, esclarece Villaça (op. cit.) que a fala da burguesia e do Estado não enuncia de forma verdadeira o problema de habitação, porque se o fizesse revelaria sua incapacidade de resolvê-los. Além disso, no capitalismo, a pobreza e a escassez habitacional devem se perpetuar, pois viabilizam contraditoriamente a produção e reprodução do espaço e do capital.

Discorrendo sobre os limites à conquista da casa própria, Villaça (op. cit.) destaca o vínculo entre casa e solo, e aponta três dificuldades encontradas na produção de moradias, sendo elas:

- a) a moradia “amarrada” à terra;
- b) a propriedade privada da terra e
- c) o longo período de produção e de consumo da habitação.

A primeira dificuldade indica que o espaço influencia totalmente o processo de obtenção de um lar. Isto significa que a construção de moradias depende de espaço físico, o que explica o processo de criação do valor de lotes em função da sua localização.

O fato de a construção habitacional ser influenciada pelo espaço onde se insere está intimamente relacionado com o segundo obstáculo, que é representado pela propriedade privada da terra. Esta onera abruptamente o preço do produto habitação, através da

especulação fundiária, “não como mero exercício de especuladores, que os há, sem dúvida, mas como fundamento de uma real atividade produtiva” e que empurra as camadas mais pobres da população para a periferia urbana (OLIVEIRA, 1979 *apud* MARICATO, 1979, p. 15). A terceira dificuldade é a transformação da moradia em mercadoria que seja ao mesmo tempo lucrativa ao mercado e de fácil acesso (baixo custo), pois sua produção envolve grande investimento, além do longo período de construção e de consumo (compra total da casa). Nesse caso não há rapidez do ciclo de rotação do capital, que é vital para a acumulação capitalista.

Villaça (1986) comenta que é devido à necessidade de rapidez na geração de lucros pelos setores imobiliários que surge na década de 1940 a ideologia da casa própria. A aquisição desta representaria segurança econômica e social para a população, mas também proporcionaria avanços na indústria da construção civil e nos setores de financiamento. Segundo Bonduki (2011), havia também um aspecto político e ideológico em uma tentativa de legitimação do Governo Vargas através do populismo.

Assim, os programas ofertados pelo Estado, por sua vez, surgem com o propósito de fazer com que o capitalista produtor embolse mais ligeiramente o capital inicialmente investido.

Apesar de casos atuais como o citado anteriormente, as dificuldades ligadas à moradia não são recentes. Maricato (1997) descreve que no decorrer de 1920 as taxas de crescimento domiciliar eram menores do que as taxas de crescimento demográfico, o que significava várias pessoas dividindo o mesmo teto. Acompanhando este cenário, o aumento dos aluguéis, as dificuldades e os baixos salários pagos para a classe operária geraram descontentamento e movimentos sociais, como a greve dos inquilinos proposta pela Liga dos Inquilinos e Consumidores do Rio de Janeiro, em 1920. Devido a esses movimentos, é aprovada, em 1921, a primeira Lei do Inquilinato (Decreto 4403/21), como uma alternativa que objetivava o controle dos aluguéis (BONDUKI, 2011).

Outras medidas foram tomadas pelo Estado, influenciado por critérios empresariais, para intervir no conflito de interesses entre inquilinos, industriais e proprietários: aumento da regulação sobre o uso do solo e a construção de edificações, de modo a garantir condições para viabilização e ação do capital imobiliário, que dava seus primeiros passos com a construção de edifícios de escritórios e apartamentos que começavam a serem aceitos como moradia pela classe média. Um exemplo desse tipo de medida foi a Lei de Condomínio, promulgada em 1964.

A ideologia da casa própria foi sustentada pelas Leis do Inquilinato (que congelaram os aluguéis) e, mais tarde, pela Lei de Condomínio - 1964 - (que passou a permitir a propriedade individual de unidades residenciais em uma habitação coletiva). Essas medidas contribuíram para desestimular o modelo da casa alugada (que tem sua origem ligada aos primeiros cortiços no Brasil) e implantar o da casa própria, promovendo a venda de apartamentos em altos edifícios.

O modelo da casa própria, por sua vez, foi muito influenciado e sustentado pela criação do Banco Nacional de Habitação (BNH). O BNH surgiu em 1964, em meio à “Política de Bem Estar Social”⁴, com o intuito de estimular a construção de habitações de interesse social e o financiamento da aquisição da casa própria, principalmente pela população de menor renda.

Porém os objetivos iniciais da criação do BNH foram substituídos por outros que se resumem em usar a casa própria (até mesmo para a população de menor renda) para promover a acumulação de capital para a qual ele realmente serve, pois se pode afirmar que o BNH funcionou como “uma espécie de banco central da indústria civil, que, inclusive, estendeu seus tentáculos para obras urbanas e não apenas para a construção residencial” (OLIVEIRA, 1979 *apud* MARICATO, 1979, p. 18).

Os aspectos discutidos demonstram que o modelo de capitalismo adotado no Brasil baseia-se na acumulação exacerbada de riqueza para uma minoria e de pobreza para a maioria, que pode ser observada através da distribuição e acesso à habitação.

Com isso, presenciamos, ao longo do tempo, a busca incessante pelo lucro, amparando-se no aumento da desigualdade. Isso distorce o real sentido de direitos fundamentais à vida digna, entre eles o de morar.

Uma das estratégias para garantir a obtenção de lucros foi a ideia de insuficiência habitacional, que ganha impulso em meados do século XX no Brasil, e é sobretudo por volta dos anos 80 que também se transforma em um problema de Estado. Essa questão também surge em Viçosa e ocupa um espaço na imprensa local, com notícias como a que segue (Figura 1):

⁴ Política que fazia parte das ações do chamado “Estado de Bem estar Social”, através das quais o Estado, responsável pelas demandas sociais, objetivava regular os serviços e possibilitar melhorias de vida para a sociedade.

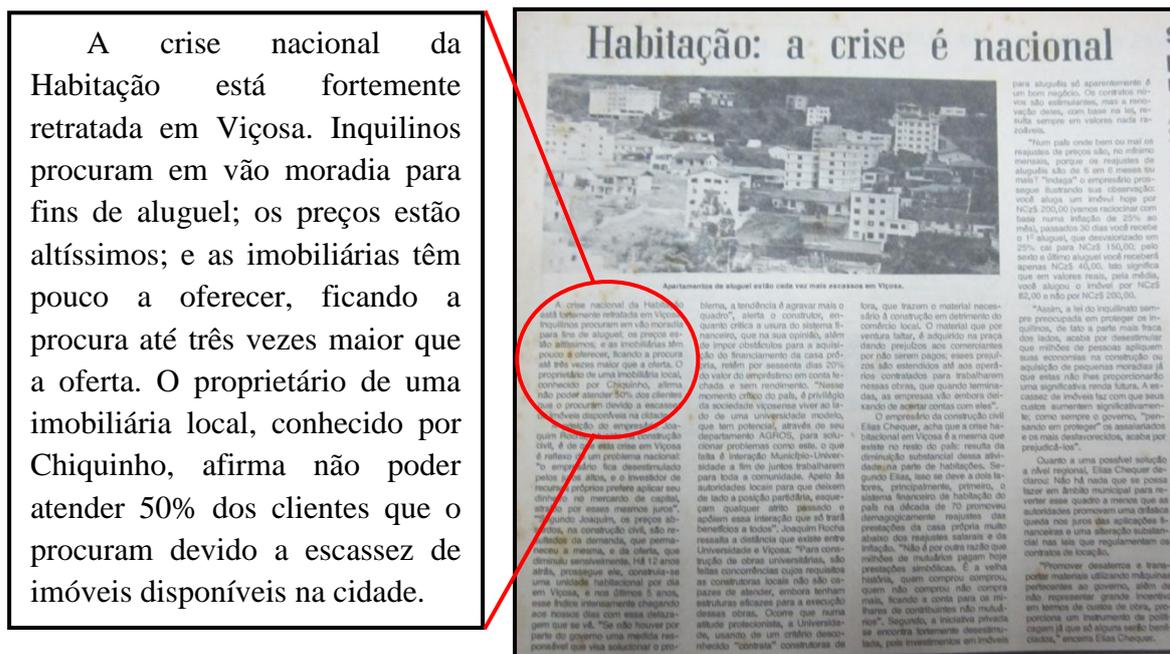


Figura 1- Reportagem do jornal Tribuna Livre - 1989
Fonte: Acervo do jornal Tribuna Livre, sala de registros.

Mediante tais aspectos, concordamos com Santos (1993) ao destacar que o avanço material adquirido pela sociedade enraizou uma racionalidade estritamente econômica na cultura moderna. Esta racionalidade foi difundida pelos países através do mercado e dos discursos da ação estatal e acabou sendo incorporada pela lógica habitacional, transformando o direito à moradia em negócio lucrativo. Tais fatos vêm gerando sérios danos à distribuição e acesso à habitação nos países de terceiro mundo.

Então, frente a essas dificuldades para a obtenção de um lar, que atingem também a cidade de Viçosa, buscaremos entender, ao longo deste trabalho, as estratégias utilizadas pelas classes populares para a conquista da casa própria.

3.2 Minha casa, nossos lares: considerações sobre os “puxadinhos” enquanto estratégia espacial e econômica para obtenção de moradia na cidade

Diante das inúmeras imposições encontradas nas cidades para a conquista de um lar, a população de baixa renda passa a erguer suas residências mediante o próprio trabalho, o que define a prática da autoconstrução.

O termo autoconstrução é central neste trabalho, já que constatamos que as formas de habitar, chamadas “puxadinhos”, são ampliações realizadas em uma casa, seja para

potencializar os espaços dos cômodos ou até mesmo para servirem como mais uma moradia no terreno. Prática, portanto, que é bastante comum nos bairros de classes populares.

Vimos também que, muitas vezes, os *puxadinhos* podem ser considerados autoconstruções típicas da periferia urbana brasileira, já que ocorrem constantemente nos espaços periféricos das cidades e se multiplicam pelo esforço do próprio dono do terreno, sem orientação técnica de um profissional da área, mesmo que haja certa capacidade técnica por parte dos moradores, pois costumam ter experiência como pedreiros, eletricitas, entre outras funções típicas da construção civil.

No entanto, ressaltamos aqui que nem todo *puxadinho* é autoconstrução (pois uma ampliação da casa pode ocorrer através de contratação de serviços profissionais, bem como pode ocorrer de forma legalizada ou não) e nem toda autoconstrução pode ser considerada como *puxadinho* (uma vez que a atividade de edificação, mesmo que ilegal e realizada pelo próprio dono, pode ter a finalidade de erguer uma moradia em terreno vazio, ou seja, construir uma casa original, não se tratando de uma ampliação).

Para entender melhor o termo autoconstrução, a partir de uma perspectiva dos *puxadinhos* especificamente no espaço urbano (uma vez que não são notados apenas nas cidades, mas também no campo), recorreremos a Villaça (1986).

O autor descreve que a casa própria no Brasil assume duas formas: a casa produzida dentro dos moldes capitalistas e destinada às classes média e alta, e a casa autoconstruída produzida enquanto valor de uso e valor de troca. Esta última passa a ser a forma predominante de moradia das camadas populares das grandes cidades nos anos 50, e a partir da década de 70 passa a ocorrer nas pequenas cidades devido à expansão urbana, às migrações e à valorização econômica da terra.

Ainda hoje a autoconstrução é forma predominante de moradia das camadas populares. Estudos mostram que cerca de 70% das unidades habitacionais no Brasil são autoconstrução.

A fim de complementar os argumentos de Villaça (1986), buscamos apoio em Maricato (1979), que versa sobre aspectos ainda muito atuais como a especulação imobiliária, enquanto fator de reprodução do capital urbano e segregação de espaços ocupados pela população de baixa renda. Sua análise demonstra que as práticas sociais vinculadas à autoconstrução na periferia de São Paulo universaliza-se no espaço brasileiro, pois dizem respeito às formas de reprodução do capital imobiliário.

Percebemos estes aspectos em Viçosa-MG, que engloba espaços, principalmente nas periferias, onde a autoconstrução é fortemente praticada. Além disso, constatamos que as precariedades da periferia urbana nas décadas de 1970 e 1980 perpetuaram-se ou, até mesmo, agravaram-se.

Outro aspecto discutido por Maricato (1979), a crescente autoconstrução das casas no meio urbano carrega forte herança das tradições pós-colheita do meio rural, os mutirões, que implicavam em...

[...] festas com danças e bebidas num acontecimento que coroava o fim do dia, ou do processo de trabalho. A festa era uma forma de o pequeno produtor retribuir uma parte da ajuda prestada sendo que a outra parte seria retribuída em forma de trabalho, quando da convocação de um novo mutirão. [...] Se na zona rural essa prática começa a interessar os folcloristas ou estudiosos do folclore, dada sua extinção devido à “modernização” (que implica também atraso) nas relações de produção, nas cidades, principalmente nos grandes centros industriais, ela ganha importância cada vez mais fundamental no que diz respeito à construção de casas destinadas à classe trabalhadora bem como a outros aspectos do crescimento urbano, que tem no assentamento residencial da população que migra do campo para a cidade fator de influência significativa. (MARICATO, 1979, p. 71)

Temos algumas evidências que sugerem que a solidariedade praticada nas áreas rurais migraram juntamente com a população para os centros urbanos, especialmente no que se refere à construção coletiva realizada pelos novos moradores das classes populares, que em geral apresentam salários reduzidos. Este fenômeno, que como coloca a autora, é característico da classe operária dos países de industrialização tardia, ao penetrar em um espaço fortemente segregador, iniciaram um processo de produção, em locais periféricos, de casas perante as privações e desigualdades do sistema capitalista.

Outra prática que é transportada do campo diz respeito às festas para celebrar o fim da colheita e o trabalho coletivo na roça, práticas que podem ser comparadas às feijoadas nos finais de semana como forma de retribuição da ajuda de amigos na autoconstrução de moradias na cidade... Semelhanças entre formas de solidariedade que evidenciam a estreita relação entre as práticas que tanto o pequeno produtor, quanto o trabalhador de baixa renda adquirem, carregam e reproduzem em diferentes espaços para suprir e permitir o acesso a direitos essenciais.

Alguns desses aspectos foram relatados pelos moradores do bairro Bom Jesus, como a ajuda de parentes na hora de “encher a laje” da nova casa, seguida de uma confraternização como forma de retribuição dessa ajuda, como os churrascos e feijoadas.

E é a partir desses aspectos que a autoconstrução foi definida por Maricato (1979) como o processo de construção da casa, própria ou não (pois muitos trabalhadores constroem suas casas sem ter a posse do terreno), seja apenas pelos seus moradores auxiliados por parentes, amigos e vizinhos, seja ainda pelos seus futuros usuários, auxiliados ou não por algum profissional remunerado (pedreiro, encanador, eletricista, arquiteto ou engenheiro). Pode se tratar ainda de pequenas obras públicas feitas por moradores em seus bairros, em suas ruas, na privação de atendimento público e que ocorrem, normalmente, por meio dos únicos produtos de consumo de fácil acesso ao trabalhador: um lote em loteamento longínquo (que pode ser regular ou irregular, mas que normalmente é desprovido de melhoramentos públicos) e materiais de construção.

Neste aspecto, a autora recusa a conotação romântica que exalta o sentimento de solidariedade e amizade que se desenvolve em torno da construção da casa pelo processo de “ajuda mútua” e que reúne amigos e vizinhos estimulados por uma alegre sensação de produzir a casa “com as próprias mãos”, como os mutirões, demonstrando que esse é um processo que aliena o trabalhador e suga as horas que deveriam ser utilizadas em atividades que não as ligadas a mais uma forma de reprodução da força de trabalho.

Portanto, a construção coletiva e “alegre” de moradias populares pela própria população foi e continua a ser um reflexo da atuação precária do Estado no ramo habitacional, que é ainda amparada por diversos estudos técnicos sobre a habitação urbana, construída coletivamente, em países subdesenvolvidos. Maricato (1979), afirma que esta vasta bibliografia...

[...] tende a destacar como aspecto mais importante do mutirão a espontaneidade e a solidariedade manifesta entre as pessoas que se auxiliam, e que deve ser fortalecida nos programas que apresentam propostas para melhorar as condições de habitação nos países “atrasados” do mundo capitalista. Além de se destacar a solidariedade como aspecto positivo, parte dessa bibliografia destaca ainda como vantagem do mutirão a possibilidade de um maior contato do morador produtor com a habitação produto, permitindo-lhe uma visão integrada de processo produtivo e portanto um contato desalienante com o produto, já que o morador acompanha, decide e executa os mínimos detalhes da própria habitação. (p. 72)

Ao contrário dessas ideias, Maricato (1979) designa o processo de autoconstrução por um morador de baixa renda auxiliado por parentes, amigos e vizinhos como uma “solidariedade forçada”, através da qual “firma-se um compromisso de troca de favores, em bases espontâneas, apesar de ser ditado pela necessidade” (p. 71). Ou seja:

A solidariedade, quando existe, é uma determinante para a sobrevivência. O contacto direto com a produção da casa também. Não há outra escolha possível, assim como não há outra arquitetura possível para substituir aquela que caracteriza o espaço de residência da classe trabalhadora, mantidas as condições em que se dá a produção do espaço urbano. (MARICATO, 1979, p. 73, adaptado)

O contato direto do trabalhador com a produção da casa foi um dos aspectos analisados por Maricato (1978) em um estudo feito em São Bernardo do Campo – SP. Foi apontado que em 14,3% dos casos, as habitações autoconstruídas foram produzidas pelo proprietário do lote (marido, mulher e filhos); em 66,8% pelos proprietários, amigos e familiares em conjunto, sem nenhum auxílio profissional; e em apenas 19% dos casos a construção era realizada com a ajuda de um profissional. Esses dados fizeram com que a autora concluísse que o espírito de fraternidade e de solidariedade podem até existir no processo de construção de moradias populares, porém se dá sob o sacrifício do trabalho árduo que consome as horas de descanso do trabalhador.

Esses pontos nos fazem refletir sobre...

[...] a revelação de que se a autoconstrução tem a *aparência* de um reencontro entre o trabalhador e o produto, o fruto do seu trabalho, esse é um fetiche que recobre um processo altamente alienante, sendo o contrário da desalienação, pois fecha as classes trabalhadoras num “círculo de giz” onde atuam como criadores de uma riqueza social, que volta a ser posta a serviço do capital na medida em que a força de trabalho continua a ser *uma mercadoria para o capital*. Não se está, pois, frente a nenhum processo de desalienação, como pensa um certo populismo, que perigosamente pretende encaminhar proposições para o conjunto das classes trabalhadoras a partir de experiências que são um reforço à alienação. (OLIVEIRA, 1979:16)

Ao olhar mais atentamente essa situação, podemos perceber a incapacidade, mencionada no capítulo anterior, do Estado em oferecer serviços básicos e essenciais como a habitação ou de proporcionar programas e políticas públicas direcionadas às classes de baixa renda que facilitem o acesso à casa própria, como reforça Maricato (1979):

A importância quantitativa (e qualitativa) da autoconstrução junto ao proletariado das grandes cidades dos países capitalistas dependentes mostra que os programas e políticas oficiais estatais de habitação são muito menos importantes na produção da habitação popular do que querem fazer crer os relatórios técnicos oficiais. É principalmente através da autoconstrução que a maioria da população trabalhadora resolve o problema da habitação, trabalhando nos fins de semanas, ou nas horas de folga, contando com a ajuda de amigos ou parentes, ou contando apenas com a própria força de trabalho (marido, mulher e filhos). (p.72 a 73)

Os baixos salários, insuficientes para o suprimento de todas as necessidades das classes populares, permitem ao trabalhador-construtor adquirir apenas algumas economias

em detrimento de outras e que são, geralmente, absorvidas pela constante construção das casas. Tal aspecto pode ser confirmado pela configuração de paisagens eternamente e precariamente inacabadas principalmente nas periferias urbanas, mas não só nelas como também em outros espaços da cidade.

Utilizamos os argumentos de Rocha (2011) a fim de complementar a análise sobre autoconstrução. Para o autor, a vida urbana é repleta de aspectos que vão além do econômico e do político. Neste aspecto a práxis espacial é outro ponto essencial para se entender o cotidiano na cidade e o processo constante de autoconstrução nas suas periferias.

Em sua análise o autor discute que a constituição da periferia enquanto ambiente de autoconstrução não é movida apenas pela necessidade econômica ou pela carência habitacional, mas por uma tríade composta por necessidade, desejo e fruição, que é influenciada pelas relações de vizinhança e parentesco, pelo acesso aos locais de trabalho, entre outros. Podemos citar como exemplo típico dessa colocação o seguinte trecho⁵:

O autônomo Sérgio Ricardo Silva nunca pagou aluguel. Morava com a família na casa do pai. Há três anos, ele se mudou para a casa da sogra. Para abrigar a família (mulher, duas filhas e afilhado), construiu sua moradia no andar superior da casa, na Vila Santa Isabel, aglomerado de baixa renda próximo ao bairro Cruzeiro, na região Centro-Sul de Belo Horizonte. “Antes, eu era vigilante. O preço do aluguel pesava no orçamento, não dava para pagar. Como autônomo, agora ganho mais”, diz Silva. No total, dez pessoas moram na casa da sogra. Na parte de baixo, ela mora com quatro filhas. Na de cima, o autônomo e mais quatro pessoas. Ele conta que gastou cerca de R\$ 8 mil com a obra da casa e o pagamento foi financiado. Foram construídos dois quartos, sala, cozinha e banheiro. Além disso, o casal aproveitou para fazer mais um cômodo onde trabalha com a mulher (Jornal Estado de Minas, 2012).

Como traz o trecho de jornal acima, Rocha (2011) argumenta que a construção da casa própria é antes de qualquer coisa, uma necessidade básica da vida humana. E é, não somente devido ao limite econômico que o espaço individual e coletivo é usado, usufruído ao limite, e aí está a fruição e o gozo discutidos pelo autor em seu artigo, ou seja, os cidadãos enquanto indivíduos têm no desejo, e não apenas nas dificuldades, o motor de suas atitudes que vêm dos relacionamentos interpessoais, mesmo sob as influências imperiosas do econômico. Outra observação pertinente é que a autoconstrução surge como uma das soluções à, então, ideia de déficit habitacional já discutida. Neste aspecto, a contribuição das periferias, tidas como “anomalias” ou “arredores da desordem” (uma cômoda aparência), é que permite que o planejamento urbano torne-se possível.

⁵ O artigo completo do Jornal Estado de Minas contendo o trecho citado encontra-se no ANEXO D.

Na tentativa de entender a autoconstrução na periferia da cidade de Viçosa, procuramos entender as paisagens das moradias populares urbanas, não como elemento isolado, mas como...

[...] elemento constitutivo – que se engendra, a partir e sobre as condições urbanas da expansão capitalista, sobre a formação do proletariado, sobre os vários fatores da determinação dos salários, sobre a contradição e não apenas sobre o paradoxo, de como uma enorme massa de assalariados não chega a constituir-se num mercado para a produção capitalista seja da residência, seja de melhoramentos públicos. (OLIVEIRA, 1979 apud MARICATO, 1979, p. 15 a 16)

De modo geral, a habitação popular autoconstruída é uma clara demonstração de como as classes subalternas resolvem essa questão frente às impossibilidades do/no seu cotidiano. É o possível frente ao inacessível, que se dá, sobretudo, nos espaços de segregação urbana: as periferias. Abordaremos esse forte aspecto segregatório das periferias das cidades no tópico seguinte.

3.3 Periferias enquanto espaços de segregação urbana

Instituição humana por excelência, a cidade, hoje mais do que nunca, tem sido um espaço particularmente privilegiado do desenrolar da história da humanidade. Este é o espaço em que os homens criam objetos não só para “satisfazer certas necessidades físicas e sociais, mas também para projetar um espaço real de vida e de suas ambições, suas esperanças, suas utopias” (COSTA, 2006, p. 9).

Nos países subdesenvolvidos o que se observa é que as projeções das necessidades e desigualdades tornam-se mais evidentes do que as satisfações e esperanças, dinâmicas que constituem a vida. Este processo se deu juntamente com a história das cidades, marcada por processos de exclusão, sobretudo com o processo de urbanização e modernização, e nas principais capitais do Brasil, como Rio de Janeiro e São Paulo, e se consolidou durante o século XX, sob influência da Reforma de Haussmann⁶. As reformas realizadas neste contexto prezavam pelo “saneamento com embelezamento e segregação territorial” (MARICATO, 1997:29) e tinham como objetivo:

⁶ Reforma urbana de Paris (1850 e 1870), executada pelo urbanista barão Haussmann, sob o comando de Napoleão III. Para mais informações, ver Maricato (1997).

[...] além das medidas propriamente higienistas, afastar das áreas centrais os pobres, mendigos e negros, juntamente com o seu estilo de vida. E o embelezamento consistia em dar a essas áreas um tratamento estético e paisagístico que pressupunha a inexistência da pobreza. A solução do problema de moradia da massa trabalhadora pobre, entretanto, não fazia parte desses projetos de reforma urbana. (MARICATO, 1997:29)

Destarte, é manifesto o caráter excludente do urbanismo conservador destes tipos de reformas; caráter este aderido pelos planejamentos urbanos implementados no Brasil, ou seja, é evidente que a segregação e diferenciação na ocupação do solo e nas formas de prestação de serviços públicos subalternam ainda mais as áreas periféricas, os morros e os subúrbios de nosso país. Este modelo de urbanismo também se faz presente em cidades de pequeno porte como Viçosa.

Segundo Maricato (1997), essa concepção urbana gerada pela reforma de Paris e intensamente experimentada pelas cidades brasileiras conforma espaços que ocultam o trabalho e segregam o trabalhador.

Em acordo com as colocações já discutidas, outra característica-base dessa concepção urbanística é:

[...] o processo que torna as edificações uma mercadoria capitalista, apropriada de forma distinta pelas classes ou grupos sociais. A propriedade privada da terra era a primeira condição para que alguém pudesse ter acesso a essa mercadoria. Mas ela não era suficiente. Uma complexa legislação que estabelece normas para a construção de edifícios como a ser instituída, os códigos de posturas municipais, que regulamentam construção e reforma de edifícios, com exigências de plantas, responsável pela obra, posse legal do terreno, etc., terão um papel fundamental na estruturação do mercado imobiliário. Dessa forma, estavam excluídos os que não reuniam condições para construir (o que exigia posse legal da terra, capital financeiro, conhecimento técnico, etc.) nem recursos para comprar uma mercadoria assim definida legalmente [...] (MARICATO, 1997:30)

Diante do intenso crescimento que experimentavam as cidades brasileiras, principalmente com o advento do café e, mais tarde, com a industrialização ao longo do século XX, a gestão pública já se apresentava incapaz de suprir as necessidades do grande contingente populacional urbano, principalmente a massa trabalhadora, que tinha como demanda principal o acesso e a melhoria nas habitações.

Esses processos que ocorreram tiveram como consequência a propagação das periferias ao lado da prática da autoconstrução da moradia, instalando-se, inicialmente, nos morros próximos ao centro, como é o caso das favelas no Rio de Janeiro.

Neste sentido, percebemos que as periferias existem na medida em que se relacionam com o centro e se definem em função dele. Mais do que um simples determinismo

geográfico, entendo periferia como “algo que se situa não somente à margem, mas como algo que estrutura-se dialeticamente com o centro” (COSTA, 2006:13).

Santos (2006) versa sobre esses aspectos quando afirma que um dos aspectos mais decisivamente regressivos do nosso tempo de globalização, é a crise das cidades, cada vez mais forçadas a mimetizarem a ordem capitalista e as suas consequências: a fragmentação, a hierarquização perversa, a “guetificação”, que tanto significam a redução e o amesquinamento dos espaços públicos, quanto à privatização de espaços que demandam ser coletivamente apropriados.

O bairro Bom Jesus em Viçosa, como descreverei no próximo capítulo, também foi produzido, em grande parte da sua área, sob este modelo de privação de serviços públicos.

4 CAPÍTULO 2: BOM JESUS E AUTOCONSTRUÇÃO

4.1 O bairro Bom Jesus e sua constituição como periferia e espaço segregado em Viçosa - MG

Como outras cidades brasileiras, podemos notar que Viçosa, cidade que nasce com cunho político-administrativo, mas com pouco sentido democrático e popular, desde seus primeiros tempos condenou sua periferia à precariedade, com pesados déficits no que se refere a serviços sociais, sobretudo, os ligados à habitação (RODRIGUES, 2008).

Um exemplo disso é o bairro Bom Jesus, que é um dos maiores bairros populares da cidade e que se desenvolveu a partir de meados de 1970 nas áreas periféricas mais próximas ao centro, como local possível de moradia para a população de baixa renda. Em sua grande maioria, tal bairro era composto por migrantes em busca de melhores condições de vida, de emprego nos setores da construção civil, comércio e prestação de serviços. Esses imigrantes provinham principalmente de pequenas cidades próximas à região ou de suas áreas rurais, como Canaã, Araponga, Cajuri, Porto Firme, e em menor parte de cidades maiores como Belo Horizonte, São Paulo e Rio de Janeiro, fazendo-nos notar um processo marcante desta época, não só em Viçosa, mas em todo o território nacional: a passagem da população antes predominantemente rural para urbana.

A tabela a seguir demonstra essa mudança de perfil de Viçosa - MG, indicando o crescimento da população urbana equivalente a 27,3% (passando de 17.000 pessoas em 1970, para 68.036 em 2011):

| ANOS | POPULAÇÃO | | | | | |
|-------|-----------|------|----------|------|----------|-----|
| | URBANA | | RURAL | | TOTAL | |
| | Absoluto | % | Absoluto | % | Absoluto | % |
| 1970 | 17.000 | 65,9 | 8.784 | 34,1 | 25.784 | 100 |
| 1980 | 31.179 | 80,6 | 7.507 | 19,4 | 38.686 | 100 |
| 1991 | 46.456 | 89,9 | 5.202 | 10,1 | 51.658 | 100 |
| 2000 | 59.792 | 92,2 | 5.062 | 7,8 | 64.854 | 100 |
| 2010 | 67.305 | 93,2 | 4.915 | 6,8 | 72.220 | 100 |
| 2011* | 68.036 | 93,2 | 4.964 | 6,8 | 73.000 | 100 |

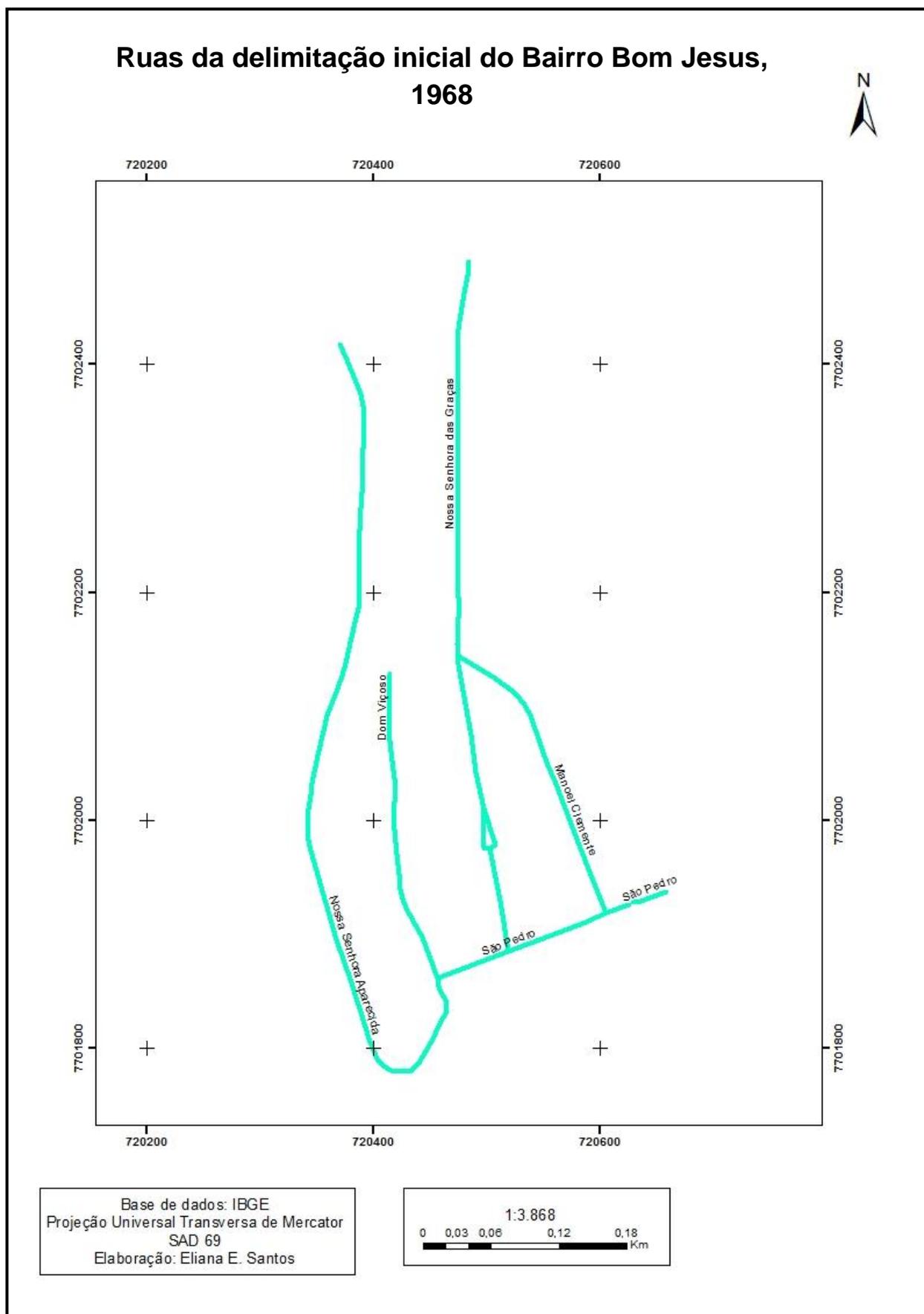
Tabela 1 - Evolução da População Urbana e Rural de Viçosa, MG - Período de 1970 a 2011

Fonte: IBGE / *Estimativa feita pelo Censur, 2011

A migração para Viçosa pode ser evidenciada também pelos locais de origem de oito proprietários de alguns terrenos no Bairro Bom Jesus, que tivemos acesso por meio das entrevistas semi-estruturadas. Nestas, constatamos que três moradores nasceram em Canaã, dois em Paula Cândido, um em Viçosa, um em Cajuri e um outro morador entrevistado não soube informar de onde o dono do terreno era originário.

A transformação da estrutura demográfica de Viçosa não representa apenas uma reconfiguração no perfil da população, mas também um ajuste da base produtiva capitalista local, que passa a se voltar para o urbano, com diminuição do trabalho no campo e aumento do setor de prestação de serviços e da construção civil. Nesse movimento é que nasce o Bom Jesus.

Este bairro, como afirma Coutinho (2010), foi criado pela lei número 508/68, datada de 18/06/1968, e era delineado pelas ruas Nossa Sra. das Graças, Manoel Clemente, Dom Viçoso, São Pedro e Nossa Sra. Aparecida, totalizando cinco ruas, todas próximas ao bairro da Conceição. No Mapa 1 podemos visualizar a delimitação do bairro descrita na lei:



Mapa 1 - Delimitação antiga do Bairro Bom Jesus de acordo com a Lei 508/68.

Fonte: Lei 508/68.

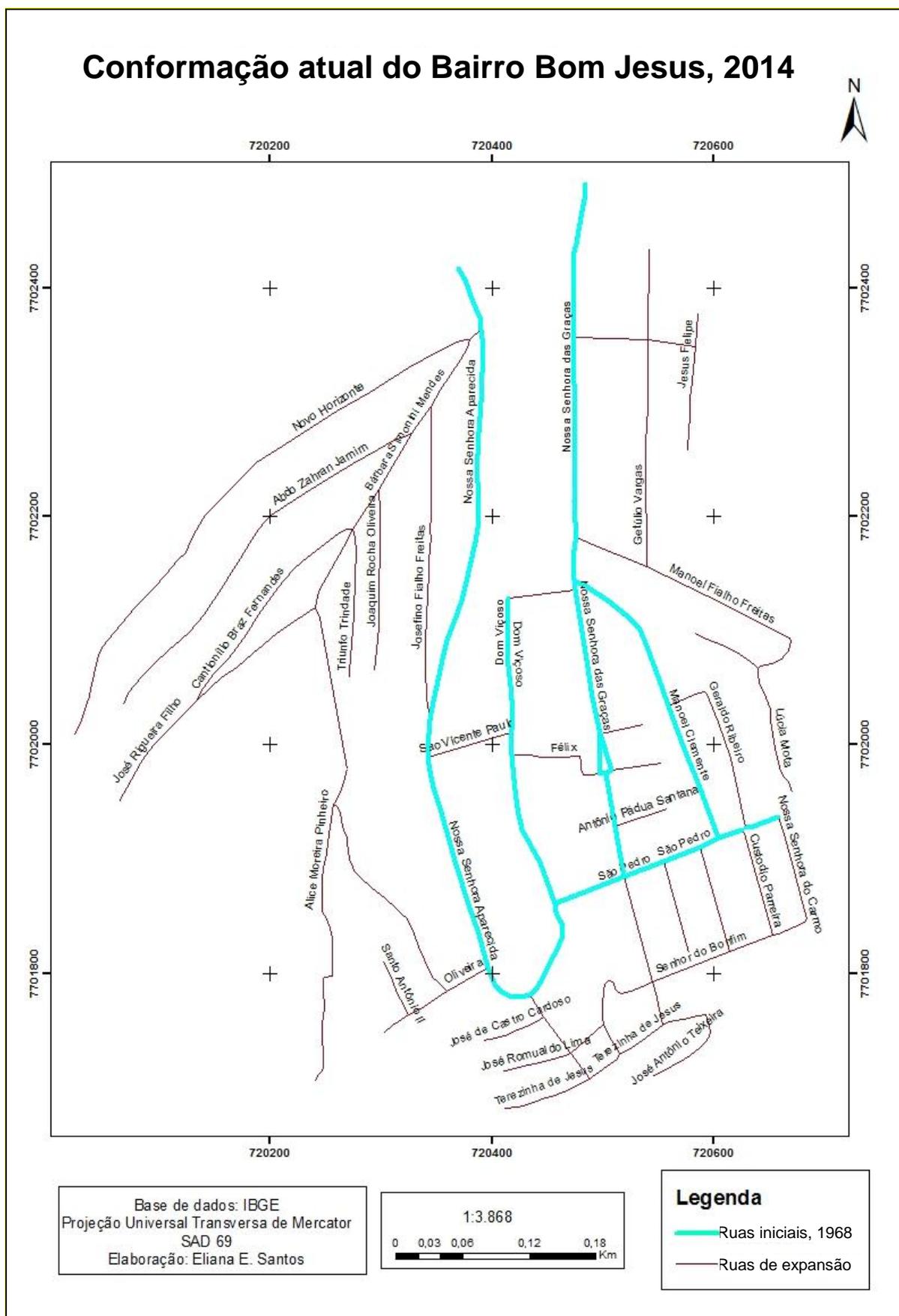
Entretanto, hoje a conformação do bairro extrapola essa delimitação legal, pois apesar de possuir pouquíssimas ruas inicialmente, ele cresceu notavelmente e hoje é considerado um dos maiores bairros da cidade. Podemos apontar tais aspectos como um indício de que foi após a federalização da UFV, em 1969, que a expansão do local se deu de maneira proeminente.

Entretanto, essa expansão gerou diversos efeitos sobre o espaço urbano, como descreve Coutinho (2010):

[...] o processo de ocupação do Bairro Bom Jesus se deu lentamente, de forma paralela à construção da Universidade Federal de Viçosa (...) o bairro foi construído contemporâneo à expansão da UFV, o que atraiu muitos moradores da zona rural e de outras cidades que desejavam trabalhar na Universidade. No entanto, a UFV não absorveu toda mão-de-obra disponível no bairro Bom Jesus e na cidade de Viçosa. Nesse período a área que hoje compreende o bairro era menos problemática, anteriormente, da rua Gomes Barbosa até o final da rua Santa Rita existia uma fazenda, desta forma, o bairro consistia em um loteamento em uma área rural. Com a especulação imobiliária e a valorização das áreas o sítio foi dividido em loteamentos que foram posteriormente ocupados. Até então, o bairro não constituía uma fonte de problemas socioambientais como atualmente. Porém, muitas pessoas começaram ocupar os topos de morros e encostas da cidade, expandindo os limites territoriais. No Bom Jesus esse processo ocorreu com muita intensidade, e hoje a ocupação irregular atinge 60% do bairro (p.38).

De acordo com o Sistema de Informações Municipais de Viçosa, o bairro é atualmente composto por 45 logradouros (40 ruas, 1 praça, 3 travessas e 1 beco⁷). O mapa que segue demonstra essa atual conformação do bairro Bom Jesus juntamente com uma imagem do software Google Earth, que ilustra, em parte, a paisagem do local:

⁷ Informações fornecidas pelo Sistema de Informações Municipais, em 02/06/13.



Mapa 2 - Delimitação atual do Bairro Bom Jesus, 2014

Fonte: Sistema de Informações Municipais/ Viçosa-MG, em 2013, e IBGE, em 2014.



Figura 2 - Delimitação do Bairro Bom Jesus.

Fonte: Imagem do Google Maps, setembro de 2011. Acesso em 07/01/2014.

Na pesquisa feita no Cartório de Registro de Imóveis – CRI, foi possível verificar a expansão, divisão e surgimento das ruas do bairro Bom Jesus através de certidões de imóveis antigos e recentes, o que nos demonstrou a transição de uma área rural para uma área urbana.

Para entender melhor essas transformações espaciais no bairro, as certidões obtidas no cartório foram organizadas da seguinte forma:

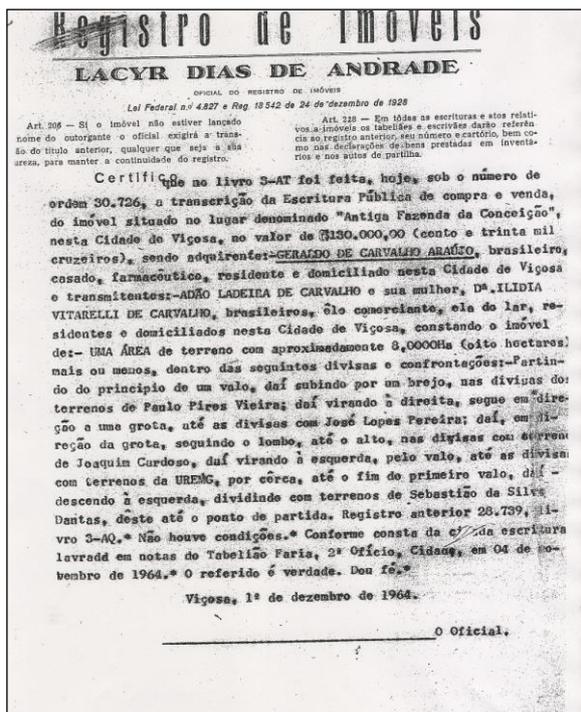


Figura 3 - Registro nº 30.726

Fonte: Livro 3-AT do Cartório de Registro de Imóveis - Viçosa-MG, 2014

Registro nº 30.726: Trata-se de um dos registros de imóveis mais antigos do bairro Bom Jesus. Sua data é de 01/12/1964 e o local foi denominado apenas como "Antiga Fazenda da Conceição". Apresentava área de 8 ha. (oito hectares).

É interessante perceber que na descrição desses dois lotes aparecem expressões como "princípio de um valo, daí subindo por um brejo", "segue em direção da grota, seguindo oombo", "daí segue por uma cerca de arame, daí segue em rumo a um marco de aroeira", demonstrando uma paisagem ainda bem rural.

Registro nº 31.111: esse lote originou-se da divisão e da venda do lote anterior, nº 30.726. Sua data é de 28/04/1965 e o local foi denominado como "Bairro da Conceição". Apresentava área de 2 ha (dois hectares), que ao longo das décadas de 60 e, principalmente, de 70, devido à expansão da cidade pela federalização da UFV, como relatado por um dos funcionários do Cartório, foi subdividido e originou outros 52 lotes localizados em ruas que vão desde a Manoel Clemente até a Alice Moreira. Estes novos lotes tinham tamanhos que variavam entre 2.000 m² e 89,60 m².

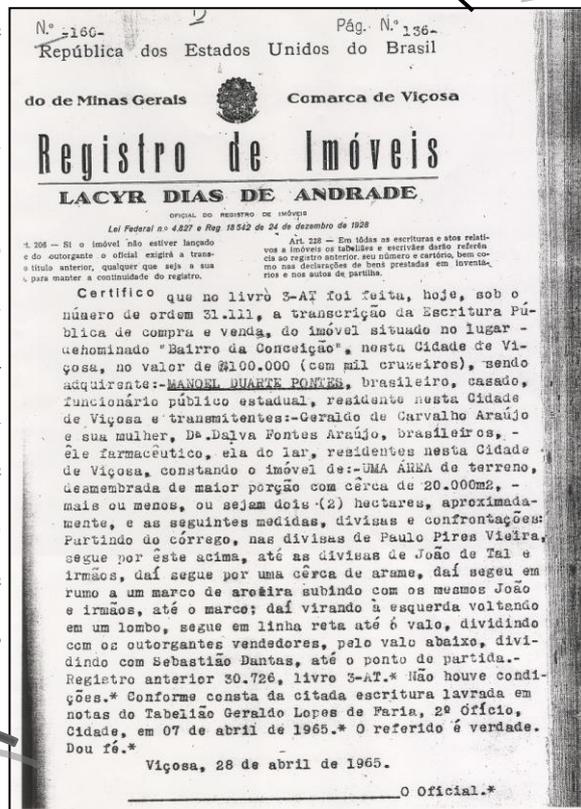


Figura 4 - Registro nº 31.111

Fonte: Livro 3-AT do Cartório de Registro de Imóveis - Viçosa-MG, 2014

Registro de Imóveis
LACYR DIAS DE ANDRADE
OFICIAL DO REGISTRO DE IMÓVEIS
LEI FEDERAL N.º 4827 E REG. 18542 DE 24 DE DEZEMBRO DE 1928

Art. 106 — Se o imóvel não estiver lançado em nome do proprietário, e o oficial originou a transcrição do título anterior, qual seja a sua natureza, para manter a continuidade do registro. Art. 218 — Em todas as escrituras e atos relativos a imóveis ou subdivisões e escrituras de transmissão ao registro anterior, seu número e cartório, bem como nas declarações de bens prestadas em inventários e nos autos de partilha.

CERTIFICO que no livro 3-AX foi feita, hoje, sob o número de ordem 33.451, a transcrição da Escritura Pública de compra e venda, do imóvel situado no lugar denominado "Bairro Nossa Senhora Aparecida", nesta cidade de Viçosa, no valor de NCr\$500,00 (quinhentos cruzeiros novos), sendo adquirente: **JOAQUIM DE CASTRO ROCHA**, brasileiro, casado, agricultor, residente e domiciliado nesta cidade de Viçosa, e transmitentes: Manoel Duarte Pontes e sua mulher, D^a Joana Santana Pontes e José Agostinho e sua mulher, D^a Ana Romualda Agostinho, brasileiros, proprietários, residentes nesta cidade de Viçosa, constando o imóvel de: UMA ÁREA de terreno medindo 1.680,00 metros quadrados, mais ou menos, dentro das seguintes medidas, divisas e confrontações: 8,00 metros na linha da frente, por onde divide com terrenos, digo, por onde divide com rua aberta e sem denominação; 25,00 metros pela lateral direita, por onde divide com Manoel Duarte Pontes ou sucessores; daí, segue, à direita, numa distância, mais ou menos, trinta (30) metros, até as divisas de Pedro Lopes da Mota; daí, a esquerda, segue, dividindo com Pedro Lopes da Mota, numa distância de 27,00 metros, até encontrar um vale; dessa, pela esquerda, numa distância de 60,00 metros, mais ou menos, até uma cerca de arame, seguindo pela cerca na distância de 25,00 metros até a divisa de Centro Espírita, continua as suas divisas pelo lado direito, até a rua, fechando no ponto de partida. Registros anteriores 31111, livro 3-AT, que vende 1.480,00m² e 32.684, vende 200,00m². Não houve condições. Conforme consta da citada escritura lavrada em notas do Tabelião Substituta, Liana Nacif de Faria, 2º Ofício, - Cidade, em 30 de setembro de 1967.* O referido é verdade. Dou fé.*

Viçosa, 4 de outubro de 1967.

_____ O Oficial.*

Figura 5 - Registro nº 33.451

Fonte: Livro 3-AX do Cartório de Registro de Imóveis - Viçosa-MG, 2014

Registro nº 33.451: esse lote originou-se da divisão e da venda do lote anterior, nº 31.111. Sua data é de 04/10/1967 e o local foi denominado apenas como "Bairro Nossa Senhora Aparecida". Apresentava área de 1.680 m².

A descrição desses dois lotes já começa a retratar uma paisagem mais urbana, com divisas mais próximas e terrenos menores. Expressões como "até a divisa de Centro Espírita, continua as suas divisas pelo lado direito, até a rua", "8, 00 metros de frente com a Rua sem denominação, 8,00 metros no fundo", demonstram a mudança na paisagem.

Matrícula nº 2259: esse lote originou-se da divisão e da venda do lote anterior, nº 33.451. Sua data é de 01/09/1977 e situa-se na Rua Alice Moreira Pinheiro, Bairro Bom Jesus. Apresentando área de 120 m².

República Federativa do Brasil
ESTADO DE MINAS GERAIS **COMARCA DE VIÇOSA**

Registro de Imóveis
OFICIAL: Lacyr Dias de Andrade

Matrícula - 2259
1º de setembro de 1977

Imóvel: Um lote de terra, situado no Bairro Nossa Senhora Aparecida, nesta cidade de Viçosa, medindo aproximadamente 120,00 m², dentro das medidas e confrontações: " 8,00 metros na frente com a Rua" sem denominação; 8,00 metros no fundo com Luiz Garcia; 15,00 metros pela direita com Osvaldo Vieira; 15,00 metros pela esquerda, com José Policarpo;

Reg. ant. 33.451, L^o 3-AZ.
Proprietário: Joaquim de Castro Rocha, brasileiro, casado, proprietário, residente nesta cidade, CPF. 022794526-00.

R-1-2259: - 1.9.77. Transmitedor: Joaquim de Castro Rocha e s/m, Eugénia Maria da Silva. Adquirente: **Sebastião Caetano**, brasileiro, casado, motorista, residente em Santo Amaro (SP), CPF. 053255628-00. - COMPRA E VENDA, de 1.9.77. * 2º Ofício, Viçosa, L^o 57, f^o 197. Valor Cr\$ 2.000,00. Dou fé.

R-2-2259: 24.07.2000. Transmitedores: Sebastião Caetano e s/m Joana Escolástica Caetano e como intervenientes anuentes: Elpidio Braga Martins e s/m Vânia Ilizabete de Oliveira Martins. Adquirente: **CORDOVIL ALVES DA SILVA**, comerciante, CPF 284.317.156-34, CI 8.845.084 SSP-MG, casado com FRANCISCA ALVES DA SILVA, do lar, CPF 039.274.036-28, brasileiros, residentes e domiciliados em Paula Cândido-MG. Escritura Pública de Compra e Venda datada de 07.12.1999, cartório do 2º Ofício, Viçosa-MG., L^o 181, fls. 29. Valor R\$1.500,00. Dou fé.

AV-3-2259: 24.07.2000. Conforme Certidão datada de 21.07.2000, expedida pela Prefeitura Municipal desta cidade de Viçosa-MG, que fica arquivada em Cartório, o imóvel desta matrícula, está situado à Rua Alice Moreira Pinheiro, s/n, no Bairro Bom Jesus, nesta cidade de Viçosa-MG. Dou fé.

R-4-2259: 08.11.2006. Transmitedores: Cordovil Alves da Silva e s/m Francisca Alves da Silva. Adquirentes: **CLAUDIO LUCIANO** Vide Verso...

Figura 6 - Matrícula nº 2259

Fonte: Banco de dados digital do Cartório de Registro de Imóveis - Viçosa-MG, 2014

Após a pesquisa feita nos registros do CRI, conclui-se que, embora algumas ruas atuais tenham sido denominadas pela influência da religião católica, como Nossa Senhora Aparecida, e Nossa Senhora das Graças, a maioria delas receberam o nome de proprietários antigos, que foram os primeiros moradores do bairro.

É possível observar, também, as diferentes denominações que o bairro adquiriu ao longo do tempo: Fazenda da Conceição, Bairro da Conceição, Bairro Nossa Senhora Aparecida e Bairro Bom Jesus, denotando a transformação da área rural em urbana, sobretudo a partir de 1980.

Com relação ao nome atual do bairro, Santos (1991) discute a sua forte vinculação com a religiosidade da população. Assim, o eufemismo em suas denominações, como “Bom Jesus”, “Cantinho do Céu”, entre outros, indicam que esse aspecto poderia ser explicado como uma espécie de esperança e tentativa dos moradores de recorrerem à esfera espiritual para amenizarem a dura realidade vivenciada em bairros populares. Neste aspecto, percebemos que a esperança é um componente que caracteriza não só o Bom Jesus, mas é uma construção imaginária da população de baixa renda em geral, pois...

[...] o “direito à cidade” não é extensivo a todos e, sobretudo, às classes menos privilegiadas, que se veem compelidas a buscarem um território “possível”, o que conforma, de modo geral, uma inserção precária na cidade (RODRIGUES, 2008:36).

Recentemente o Bom Jesus foi considerado o bairro da periferia viçosense com o segundo maior número de domicílios (aproximadamente 2.731 casas) e o segundo maior contingente populacional urbano da cidade (aproximadamente 9.441 pessoas), ficando atrás apenas dos números apresentados pelo centro da cidade (CRUZ, 2012). Podemos verificar essas informações na tabela abaixo:

| Região | Número de domicílios (a) | Número de moradores (b) | Densidade (b/a) |
|---------------------|--------------------------|-------------------------|-----------------|
| 1. Centro | 3.567 | 9.890 | 2,77 |
| 2. Romão dos Reis | 274 | 892 | 3,26 |
| 3. Bom Jesus | 2.731 | 9.441 | 3,46 |
| 4. Nova Viçosa | 1.258 | 4.971 | 3,95 |
| 5. Fátima | 1.104 | 3.666 | 3,32 |
| 6. Lourdes | 1.285 | 3.694 | 2,88 |
| 7. Santa Clara | 1.108 | 3.822 | 3,45 |
| 8. Passos | 824 | 2.621 | 3,18 |
| 9. Santo Antonio | 2.534 | 8.586 | 3,39 |
| 10. Nova Era | 1.379 | 4.366 | 3,17 |
| 11. Amoras | 1.614 | 5.561 | 3,45 |
| 12. Silvestre | 1.932 | 6.934 | 3,59 |
| 13. Fundão | 764 | 2.593 | 3,39 |
| 14. Cachoeirinha | 297 | 999 | 3,36 |
| TOTAL URBANO | 20.671 | 68.036 | 3,29 |

Tabela 2 - Número de domicílios por região urbana de planejamento e moradores por domicílio em Viçosa – MG.

Fonte: Retrato Social IV, 2011 - Ong. Census.

Apesar da densidade de moradores por domicílio não ser tão expressiva no quadro geral (3,46), o Bom Jesus é o segundo bairro mais populoso, ficando atrás apenas do centro da cidade. Além disso, o bairro se depara com o maior índice de vulnerabilidade social⁸ (29,99%), com cerca de 819 famílias apresentando pelo menos um caso de vulnerabilidade. A seguir, as tabelas referentes aos dados mencionados:

⁸ Dados obtidos de acordo com os critérios da Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB / SUAS. Para mais informações sobre os critérios de avaliação de vulnerabilidade social, ver quadro de “Critérios para Enquadramento na Condição de Família em Situação de Vulnerabilidade Social”, segundo a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB / SUAS – MAS Ministério da Ação Social – ANEXO F.

| REGIÃO | FAMÍLIAS COM PELO MENOS UM CASO DE VULNERABILIDADE | | |
|------------------|--|--|---------------------------------------|
| | Nº de famílias com vulnerabilidade | % relação total famílias com vulnerabilidade | % em relação total famílias da região |
| 1- Centro | 125 | 2,79 | 3,50 |
| 2- Acamari | 80 | 1,78 | 29,20 |
| 3- Bom Jesus | 819 | 18,26 | 29,99 |
| 4- Nova Viçosa | 748 | 16,67 | 59,46 |
| 5- Fátima | 151 | 3,37 | 13,68 |
| 6- Lourdes | 107 | 2,39 | 8,33 |
| 7- Santa Clara | 329 | 7,33 | 29,69 |
| 8- Passos | 116 | 2,59 | 14,08 |
| 9- Santo Antônio | 703 | 15,67 | 27,74 |
| 10- Nova Era | 178 | 3,97 | 12,91 |
| 11- Amoras | 525 | 11,70 | 32,53 |
| 12- Silvestre | 320 | 7,13 | 16,56 |
| 13- Fundão | 178 | 3,97 | 23,30 |
| 14- Cachoeirinha | 107 | 2,39 | 40,07 |
| TOTAL | 4.486 | 100,00 | 22,88 |

Tabela 3 - Famílias com pelo menos um caso de vulnerabilidade, por região urbana de planejamento em Viçosa – MG.

Fonte: Retrato Social IV, 2011 – Ong. Census.

Com relação ao padrão de construção no bairro Bom Jesus, como pode ser verificado na tabela 4, a composição das moradias é descrita da seguinte forma: 55,67% de casas, 25,15% de apartamentos e 19,18% de outros. Este padrão revela que o Bom Jesus é ainda constituído por muitas casas térreas, característica de uma horizontalidade que se difere em função das diversas áreas encontradas no bairro, pois também há uma crescente verticalização nos locais onde mora a população com maior poder aquisitivo.

| Região Urbana de Planejamento | Domicílios Particulares Permanentes | | | |
|-------------------------------|-------------------------------------|-------------|--------|-------|
| | Casa | Apartamento | Outros | Total |
| 1. Centro | 15,43 | 77,49 | 7,08 | 100 |
| 2. Bom Jesus | 55,67 | 25,15 | 19,18 | 100 |
| 3. Nova Viçosa | 79,92 | 4,70 | 15,38 | 100 |
| 4. Fátima | 43,12 | 43,95 | 12,93 | 100 |
| 5. Lourdes | 40,82 | 45,26 | 13,92 | 100 |
| 6. Santa Clara | 54,81 | 27,67 | 17,52 | 100 |
| 7. Passos | 50,31 | 30,00 | 19,69 | 100 |
| 8. Santo Antônio | 34,81 | 50,28 | 14,91 | 100 |
| 9. Nova Era | 43,24 | 39,13 | 17,37 | 100 |
| 10. Amoras | 65,09 | 16,54 | 18,37 | 100 |
| 11. Silvestre | 51,61 | 35,75 | 12,64 | 100 |
| 12. Acamari | 90,33 | 3,35 | 6,32 | 100 |
| Total | 42,15 | 44,27 | 13,58 | 100 |

Tabela 4 - Domicílios particulares por tipo de domicílio e região urbana de planejamento (em %) / Viçosa – MG.

Fonte: Retrato Social III, 2009 – Ong. Census.

As moradias classificadas como “outros”, compreendem sótãos, porões, barracos e edificações precárias de fundo de lote, ou seja, podemos enquadrar os *puxadinhos* neste tipo de classificação já que muitas vezes encontram-se em condições inadequadas de edificação (SILVA, 2010). A categoria “outros” referente ao Bom Jesus, que se destaca em termos percentuais em relação a outros bairros, revela a presença da autoconstrução no bairro analisado.

Analisaremos mais especificamente essas características, que conformam o Bom Jesus como um bairro amplamente autoconstruído, no tópico à frente.

4.2 O bairro Bom Jesus enquanto espaço autoconstruído

O bairro Bom Jesus pode ser considerado como um mosaico formado por inúmeras construções realizadas pelos próprios donos dos terrenos, normalmente sem nenhum tipo de apoio ou orientação técnica/profissional.

Como nos demais bairros populares da cidade e do Brasil, multiplicam-se a cada dia, no Bom Jesus, inúmeros cômodos, revelando as estratégias econômicas e sociais das famílias locais, uma vez que os baixos salários da maioria dos moradores dificultam a compra ou financiamento da casa em terrenos mais centrais ou até mesmo em outros terrenos do próprio bairro, além da contratação de serviços de profissionais qualificados para acompanhar o processo de edificação.

Com isso, os *puxadinhos* passaram a funcionar como possibilidades de moradia familiar, de aluguel (normalmente para estudantes universitários) e de comércio, o que conforma uma paisagem eternamente inacabada e autoconstruída, revelada pela constante ampliação do espaço habitacional.

Isso comprova que a periferia é permanentemente uma obra inacabada, refletindo um processo desigual da reprodução social e uma dinâmica contraditória de produção do espaço, que é valorizado seletivamente.

Podemos visualizar tais aspectos na foto a seguir:



Foto 1 - Vista do bairro Bom Jesus a partir da Rua Getúlio Vargas, localizada no mesmo bairro.

Fonte: Foto do acervo da pesquisadora, obtida em trabalho de campo, 07/01/14.

É comum andar pelas ruas do bairro e se deparar com materiais de construção nas calçadas, o que demonstra a constante ampliação das residências ou construção de novas, como apontam as setas nas figuras a seguir:





Figuras 7, 8 e 9 - Ruas Dom Viçoso, Novo Horizonte e José de Araújo, respectivamente, que apresentam inúmeras casas autoconstruídas
Fonte: Imagens do Google Maps, setembro de 2011. Acesso em 07/01/2014.

Apesar das imagens terem sido registradas em 2011, o cenário atual do bairro não se modificou em relação aos materiais de construção encontrados nas calçadas e ruas, bem como as casas em constante construção e/ou ampliação.

Com isso, vemos que a prática da autoconstrução no bairro Bom Jesus não é recente. Há indícios de que ela se desenvolveu juntamente com o crescimento do bairro, sobretudo após 1970, e do crescimento da área em função da vinda de migrantes, normalmente oriundos das áreas rurais da região, como já mencionado, pelo empobrecimento da classe trabalhadora e também pelas operações e mediações do mercado de terras na região.

Ao se depararem com os altos preços dos lotes centrais e com o difícil acesso aos serviços de arquitetos, de engenheiros e até mesmo de pedreiros, os novos moradores ficaram submetidos a dificuldades urbanas encontradas em Viçosa e passaram a combiná-las com, como comenta Maricato (1979), a herança do trabalho coletivo da roça. Assim, começaram a erguer, eles próprios, auxiliados por vizinhos, parentes ou amigos, suas casas

em loteamentos comprados a preços mais acessíveis ou em loteamentos, geralmente, ilegais nos espaços que apresentavam possibilidades mínimas de instalação. Estas habitações, em geral precárias, caracterizam o espaço onde hoje conhecemos como bairro Bom Jesus.

De acordo com Coutinho (2010), no local “é visível a desigualdade na provisão de moradias, acesso a serviços básicos, espaços de convivência e urbanidade. Um quadro urbano concretiza o fenômeno da ‘ilegalidade urbana’” (p. 6). Neste aspecto, é importante observar que o termo ilegal, bem como os termos informal e irregular, são relativos às leis que, muitas vezes, privilegiam determinados padrões de ocupação do espaço, o que leva parcelas cada vez maiores da população a ocupar áreas de risco, que de modo geral constituem-se em locais “invadidos”.

Essas desigualdades marcantes no Bom Jesus, permitem-nos concordar com as colocações de Costa (2006) quando afirma que...

[...] nem centro nem periferia podem ser vistos como lugares internamente homogêneos. Eles abrigam um conjunto complexo de processos de socialização que tendem a reproduzir os valores prevalentes, tanto de competição como de solidariedade. De fato, estamos nos referindo a partes do tecido urbano em termos de seus atributos sociais e ambientais, associadas a diferentes níveis de acesso a serviços e equipamentos, usualmente obtidos após longas lutas sociais. (p. 14)

Esta heterogeneidade discutida por Costa (2006) é descrita por Coutinho (2010) quando realizou um trabalho de campo no bairro em questão. No local, ela identificou...

[...] três Bom Jesus e não somente um, ou seja, o bairro pode ser dividido segundo seus níveis de organização e proficiência de serviços básicos. Como o bairro se inicia numa área de relevo mais suave e se estende a uma área de “morro” o bairro acabou sendo fragmentado conforme a característica física que ocupa. Na parte baixa do bairro e de relevo menos acidentado as ruas são largas e não identificamos conflitos latentes como na parte alta ou íngreme do mesmo bairro. De acordo com José Luiz (*Engenheiro arquiteto do IPLAM e membro do CODEMA, entrevistado para esta pesquisa em 03/2010*), na parte baixa do bairro atua a especulação imobiliária, haja vista que muitos investimentos privados são realizados nessa área, além de também se diferenciar pela manutenção de certa infra-estrutura do poder público. Nessa parte do bairro, moram muitos estudantes, políticos, professores, o que também confere um maior status, e, portanto um indício de segregação urbana. (p. 38 e 39 adaptada pela autora)

De fato, esta heterogeneidade paisagística e social do Bom Jesus ficou ainda mais clara quando realizei o trabalho de campo no bairro e entrevistas com os moradores, questionando em princípio como eles consideram a paisagem do bairro. As respostas dos moradores reforçaram as observações de Coutinho, em 2010, de que existem vários “Bom Jesus” em um só bairro, configurando uma paisagem marcadamente heterogênea:

“Têm ruas melhó, a minha rua é a rua melhó do bairro, é uma rua até, é uma rua nobre, né?!...moradores tem casa melhores e as outras ruas tem casa inferiores e inclusive um lote aqui é muito caro, um lote aqui tá em torno de uns 300 mil (...) Lá pra parte de cima eles tão vendendo uma casa, por exemplo, até uma (?) ela tá vendendo uma casa numa parte baixa, numa parte da rua, uma casa até ruim...não, a casa é até boa mas num local, um local não é lá essas coisas, ela tá querendo 80 mil e não tá achando, porque não tem garagem, não tem garagem (...) e já é a casa construída mesmo, não tem terreiro, não tem nada e meu lote aqui vai numa rua na outra (...) aqui são lote grande, por isso que (...) é um lote grande, é grande.”

(Senhor J.F.)

“A rua onde eu moro é cheia de buraco, cheia de mato. É mais limpo pra lá, naquela rua lá (apontou para as ruas próximas à delegacia) é muito difícil ver papel no chão, parece que a SAAE capricha mais lá.”

(Senhora C.)

“Tem ambientes diferentes, lugares diferentes, por causa do tráfico, por causa das drogas, por causa dos ladrão, né?!... Tem lugares diferentes, até porque no lugar que é dito como o mais perigoso existe pessoas boníssima que foram criada comigo (...) a São Pedro, é a que sobe aqui e atravessa o bairro lá, o negócio lá é preto.”

(Senhora E.)

“Tem a parte violenta e a parte nobre, que nem lá (apontou para as ruas próximas à delegacia) eu queria comprar uma casa que tem lá, lá é nobre.”

(G.)

Porém, diferente da conclusão de Coutinho (2010), a pesquisa possibilitou apreender o acréscimo de mais um sub-bairro no Bom Jesus. Concordamos que o bairro realmente apresenta distinções segundo seus níveis de organização e prestação de serviços básicos. Além disso, notamos que o local onde o bairro inicia não apresenta um relevo exclusivamente mais suave, mas trata-se de uma área intermediária entre um relevo mais plano a acidentado.

Com isso, orientando-nos a partir do centro da cidade em direção ao centro do Bom Jesus, podemos delimitar o bairro da seguinte forma:

- 1º área: Relevo mais acidentado, porém não tão íngreme, contendo uma parte da população com maior renda e, por consequência, apresentando casas com padrão estético mais elevado. As ruas são largas, algumas são asfaltadas, outras são de pedra fincada, mas geralmente em bom estado de conservação. Tal área possui iluminação pública adequada, instalações públicas (como a construção do Posto de Perícia Integrada), bocas-de-lobo, lixeiras, placas e orelhões. Início de um processo de verticalização (construção de novos prédios para residência familiar). Não foram visualizados puxadinhos em grande quantidade, sendo que os poucos encontrados apresentam padrão estético e estrutural de maior nível em comparação aos encontrados em áreas mais pobres do bairro. Compreende as Ruas Getúlio Vargas, Jesus Felipe, Dona Mimi Pacheco e Manoel Fialho Freitas.



Fotos 2 e 3 - Ruas Dona Mimi Pacheco e Getúlio Vargas.

Fonte: Acervo da pesquisadora, fotos do acervo da pesquisadora, obtidas em trabalho de campo, 07/01/14.



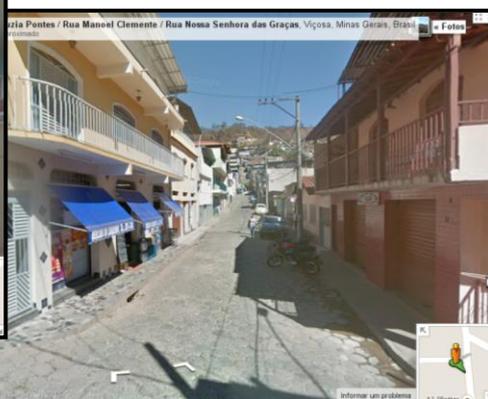
Fotos 4 e 5 - Final da Rua Getúlio Vargas e Rua Manoel Fialho Freitas.

Fonte: Acervo da pesquisadora, fotos do acervo da pesquisadora, obtidas em trabalho de campo, 07/01/14.

- 2° área: Relevo mais plano e ocupada por moradores com maior renda, fato que é evidenciado pelo tamanho das construções, aparentemente planejadas e com padrão estético mais aprimorado. As ruas são amplas e compreendem um mosaico de tipos de calçamento: algumas são asfaltadas, outras são de bloquete e algumas de pedra fincada, mas todas em bom estado de conservação. Notamos maior prestação dos serviços públicos municipais no local, como a presença de postes de iluminação, bocas-de-lobo, placas, lixeiras e orelhões. Forte presença de verticalização e de postos comerciais e, devido a isso, é a área do bairro mais voltada ao consumo. Não foi possível perceber construções como os puxadinhos. Compreende as ruas Nossa Senhora das Graças e Manoel Clemente.



Fotos 6 e 7 - Rua Nossa Senhora das Graças. À esquerda, o início da Rua próximo à Delegacia Civil.
Fonte: Acervo da pesquisadora, fotos do acervo da pesquisadora, obtidas em trabalho de campo, 07/01/14.



Figuras 10 e 11 - Rua Nossa Senhora das Graças, que apresenta longo trecho de pontos comerciais.
Fonte: Imagens do Google Maps, setembro de 2011. Acesso em 07/01/2014.

- 3° área: Relevo intermediário, que se estende entre a área de menor declividade e o início da área mais íngreme do bairro. As ruas começam a ficar mais estreitas, embora sejam geralmente asfaltadas. De acordo com o tamanho dos lotes, com o padrão estético das casas e com as informações das entrevistas foi possível perceber que o poder aquisitivo da população desta área declina conforme se aproxima da área de maior declividade. Notamos forte presença da autoconstrução no local e, também, o declínio da prestação de serviços públicos e equipamentos urbanos como lixeiras e orelhões. Compreende as ruas Luiza Duarte Pontes, Dom Viçoso, Geraldo Ribeiro, Custódio Parreira, Senhor do Bonfim, São Pedro, Nossa Senhora Aparecida, Felix, Josefino Fialho Freitas, Joaquim Rocha Oliveira, Triunfo Trindade, Bárbara Simonini Mendes, José Rigueira Filho, Cantionílio Brás Fernandes, São Vicente de Paula, Abdo Zahran Jamim, Antônio Pádua Santana e Novo Horizonte.



Fotos 8 e 9 - Acima, o cruzamento entre as Ruas José Fialho Freitas e Nossa Senhora Aparecida. Ao lado, Rua Nossa Senhora Aparecida.

Fonte: Acervo da pesquisadora, fotos do acervo da pesquisadora, obtidas em trabalho de campo, 07/01/14.



Esta é, sem dúvidas, a área onde as constantes e rápidas construções e ampliações das casas se destacam. A título de exemplo, façamos comparações entre as seguintes imagens e fotografias:



Figura 12 e Foto 10 - Casa localizada na Rua Dom Viçoso. Acima, a casa em 2011. Ao lado, em 2014.

Fonte: Acima, imagem do Google Maps, setembro de 2011. Acesso em 07/01/2014. Ao lado, foto do acervo da pesquisadora, obtida em trabalho de campo, 07/01/14.



Ao compararmos a imagem do Google Maps, de setembro de 2011, com a foto ao lado tirada em janeiro de 2014, é possível perceber que em três anos a residência ganhou um hidrômetro e duas caixas de luz, demonstrando que houve ampliações ou acréscimo de casas no terreno.

É interessante comparar também as ampliações feitas na casa, das figuras abaixo, ao longo do mesmo período.



Figura 13 e Foto 11 - Casa localizada na Rua São Vicente. Acima, a casa em 2011. Ao lado, em 2014.

Fonte: Acima, imagem do Google Maps, setembro de 2011. Acesso em 07/01/2014. Ao lado, foto do acervo da pesquisadora, obtida em trabalho de campo, 07/01/14.



- 4° área: Relevo extremamente íngreme, com ocupações de risco em áreas de preservação permanente e de preservação ambiental (APPs e APAs). As ruas são declivosas, estreitas, de pedras fincadas e estão em péssimo estado de conservação. Estas ruas são tomadas pelo matagal e apresentam esgoto a céu aberto em alguns trechos. Engloba a população de menor renda, além de ser considerada a parte mais violenta do bairro. Os *puxadinhos* são parte predominante da paisagem dessa área. Estes são construídos de forma bastante precária e em condições de alta periculosidade. Compreende as ruas Alice Moreira Pinheiro, Oliveira, Sato Antônio II, José de Castro Cardoso, José Romualdo Lima, Terezinha de Jesus, José Antônio Teixeira e Lúcia Mota.

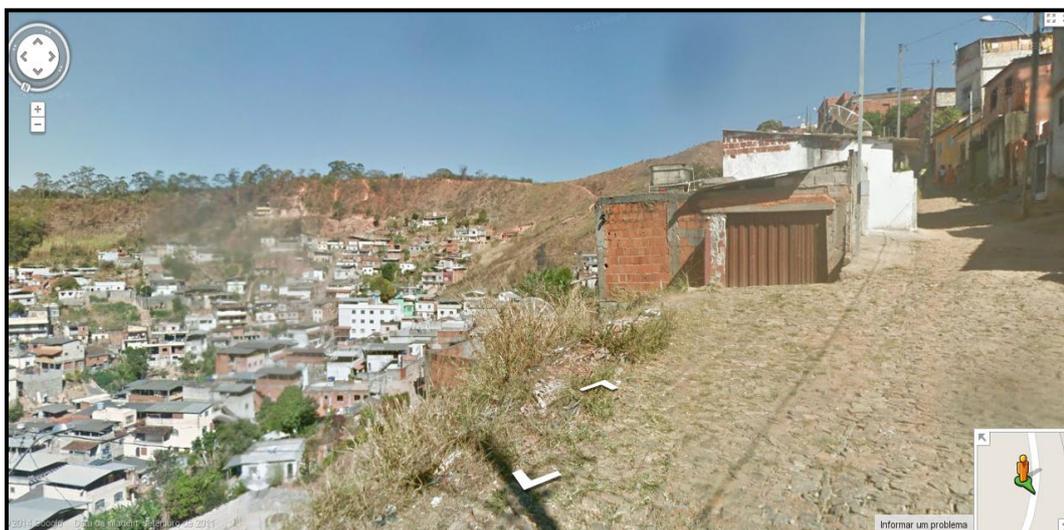


Figura 14 - Vista do Bairro Bom Jesus a partir da Rua Alice Moreira Pinheiro.

Fonte: Imagem do Google Maps, setembro de 2011. Acesso em 07/01/2014.

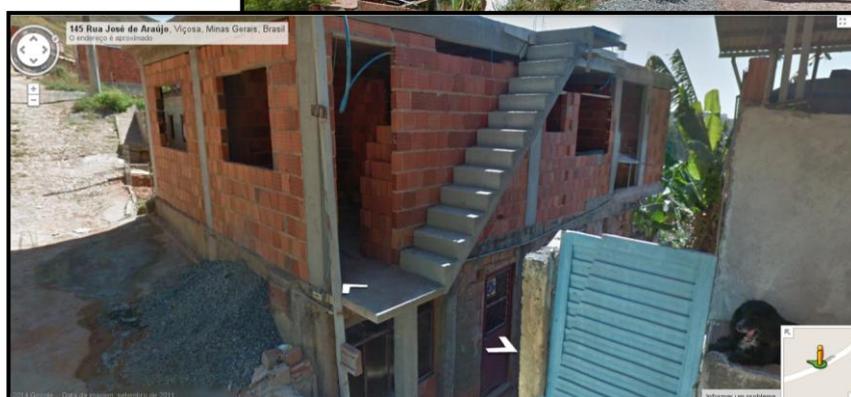
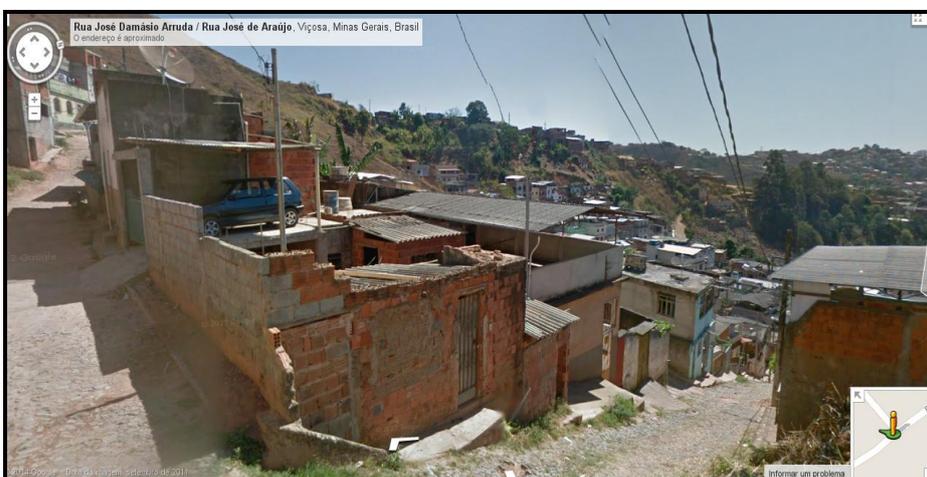


Foto 12 e Figura 15 - Ao lado, uma visão da Rua Alice Moreira Pinheiro. Acima, uma casa na mesma rua, com cerca de madeira ao invés de muros acimentados, demonstrando, até recentemente, certos traços de ruralidade no bairro.

Fonte: Ao lado, foto do acervo da pesquisadora, obtida em trabalho de campo, 07/01/14. Acima, imagem do Google Maps, setembro de 2011. Acesso em 07/01/2014.



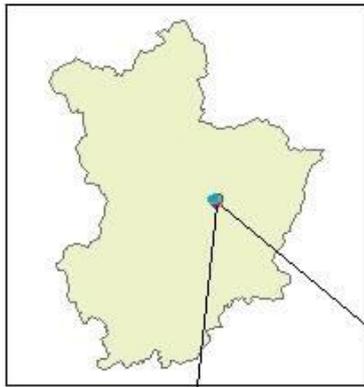
Fotos 13 e 14 - Início da Rua Alice Moreira.
Fonte: Acervo da pesquisadora, fotos do acervo da pesquisadora, obtidas em trabalho de campo, 07/01/14.



Figuras 16, 17 e 18 – Na primeira foto, o cruzamento das Ruas José Damásio Arruda e José de Araújo. Nas outras duas fotos, o padrão de construção das casas em constante ampliação na Rua José de Araújo.
Fonte: Imagens do Google Maps, setembro de 2011. Acesso em 07/01/2014.

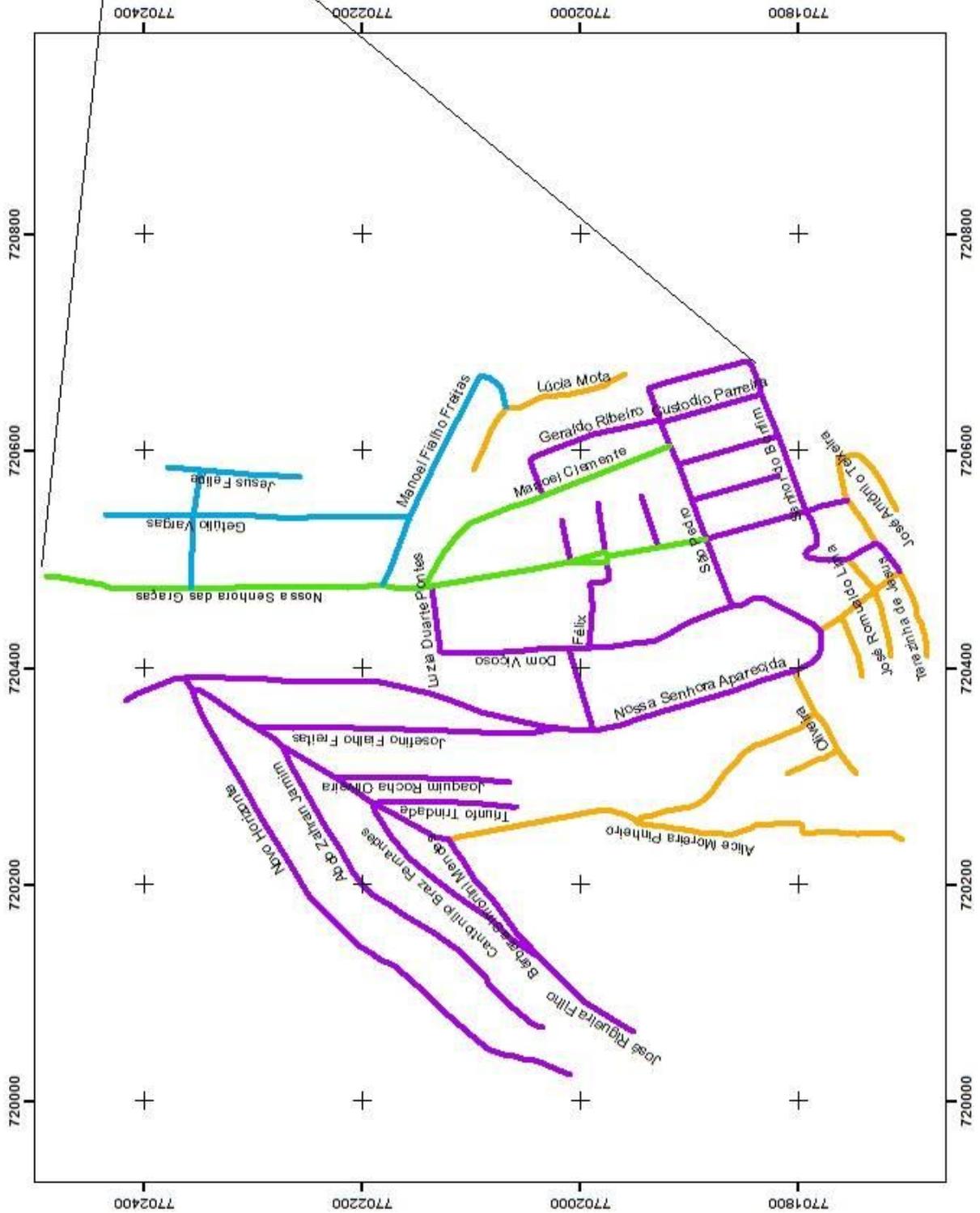
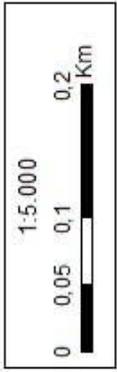
Para entender melhor a distinção dessas quatro áreas, foi elaborado um mapa, através do qual a visualização da delimitação dos “quatro Bons Jesus em um bairro só” torna-se mais viável. A seguir, o mapa:

Delimitação das quatro áreas do Bairro Bom Jesus de acordo com as impressões do trabalho de campo



| Legenda | |
|---------------------------------------|--------|
| — | Área 1 |
| — | Área 2 |
| — | Área 3 |
| — | Área 4 |

Base de dados: IBGE;
 Trabalho de Campo
 Projeção UTM
 SAD 69
 Elaboração: Eliana E. Santos;
 Regiane V. Leite;
 Leiliane S. Bhering



Mapa 3: Delimitação das quatro áreas identificadas no bairro Bom Jesus.

Fonte: Acervo da pesquisadora.

Retomando a classificação das moradias no bairro através do mapa e com base na tabela 4 desse trabalho, é possível considerar que o percentual de moradias de 19,18% considerado como “Outros”, ou seja, sótãos, porões, barracos e edificações precárias de fundo de lote, nas quais podemos enquadrar os *puxadinhos*, se localizam especialmente nas áreas três e quatro do mapa 3.

Chegamos a essa conclusão a partir das observações durante o trabalho de campo, quando notamos visualmente, nas áreas mencionadas, maior incidência de casas inacabadas e/ou sendo ampliadas pelos próprios moradores. Além disso, dos oito moradores entrevistados para esta pesquisa e que tinham *puxadinhos* em seus terrenos, sete residem nas áreas três e quatro.

Conforme esclarecido acima, nessas partes do bairro se concentram os moradores de menor poder aquisitivo, fazendo-nos acreditar que quanto menor a renda, menor é o acesso aos direitos básicos, como a habitação, e, conseqüentemente, maior é a necessidade de reproduzir a prática da autoconstrução como meio de obtenção de moradia.

No próximo capítulo, discutiremos como este aspecto marca a paisagem do Bom Jesus, assinalando tanto os aspectos visíveis como os invisíveis.

5 CAPÍTULO 3: PAISAGENS QUE MENTEM

5.1 Algumas considerações sobre o conceito de paisagem

Percebemos que o conceito de paisagem surge no século XV e ao longo do tempo adquiriu vários significados que vão desde a mera apreciação da natureza através das pinturas e, mais a frente, na forma de descrição sintética da superfície terrestre, até o momento em que se passou a levar em consideração a ação do homem na natureza⁹ (CLAVAL, 1999).

A partir do momento em que se passou a levar em consideração a ação do homem na natureza, sobretudo com os estudos de Humboldt, introduz-se uma nova perspectiva que em muito estreitou os laços do conceito de paisagem com a evolução da Geografia. Essa evolução aconteceu gradativamente, e com ela ocorreu o surgimento da Geografia Humana.

Com a Geografia Humana, multiplicaram-se os pontos de vista acerca do conceito de paisagem, defendendo que os geógrafos têm no cume das suas análises a sensibilidade à dimensão humana e cultural das paisagens:

É tentador render-se às especificidades culturais das populações responsáveis pela variedade infinita das paisagens. Os geógrafos formados nas disciplinas do olhar - que sabem passar da visão horizontal ou oblíqua do passante, sensível a tudo o que lhe chega ao olhar, à visão sintética oferecida pela percepção vertical - são sempre reticentes quando lhes são propostas interpretações culturais: eles têm o sentimento de que as abordagens funcionais que aprenderam a desenvolver vão mais longe e permitem entrar mais profundamente na intimidade dos fatos sociais e na sua tradução espacial (CLAVAL, 1999, p. 43).

Para compreendermos a paisagem de um lugar, segundo Claval (1999), é necessário conciliar olhares distanciados com olhares imersos em um determinado local. Ao olhar mais distanciado, dá-se o nome de visão horizontal ou oblíqua, referindo-se ao ponto de vista direto do observador sobre a paisagem, o relevo e as marcas humanas. Esse ponto de vista é limitado e continua suficientemente próximo do ponto de vista dos pintores, embora permita uma visão geral de uma área ampla.

⁹ O termo paisagem surge no século XV, nos Países Baixos, aplicando-se aos quadros que representavam um pedaço da natureza como mera apreciação da natureza através das pinturas e, mais a frente, na forma de descrição sintética e física da superfície terrestre, tendo os personagens um papel secundário (CLAVAL, 1999). Porém, não cabe aqui realizar uma abordagem histórica mais aprofundada sobre o conceito de paisagem. Para mais informações ver “A Geografia cultural”, de Paul Claval - 1999.

Já ao olhar imerso dá-se o nome de percepção vertical, referente ao conjunto de observações e conclusões que se pode obter através da sistematização de resultados, quando a visão do geógrafo deixa de ser oblíqua e horizontal. Para Claval (1999), uma forma de sistematizar as informações é através da confecção de um mapa, pois ele afirma que “a paisagem é cartografável” (p. 23).

A passagem da construção da paisagem pelo cruzamento de olhares oblíquos à sua reelaboração na ótica de uma visão vertical dá peso a elementos até então um pouco negligenciados: o desenho das parcelas de terras, as estradas, o plano das aldeias e das cidades. Surgem novos usos do termo paisagem (CLAVAL, 1999, p. 23-24).

Ao longo do século XIX, Josef Schmithüsen e Heinrich Riehl, sempre defenderam que a Geografia, enquanto ciência, precisava ir além e desvendar as marcas de um povo sobre as paisagens que ele modela. Estes estudiosos ressaltavam que os observadores deveriam apreciar a paisagem como a “obra de um sujeito, o povo, que persegue modalidades que variam com sua divisão em grandes linhagens, com os diversos status de seus membros e com as oposições sociais e políticas que ali se desenvolvem” (SCHMITHÜSEN, 1954 *apud* CLAVAL, 1999, p. 46).

Em relação ao estudo proposto, procuramos conciliar a interação do homem na natureza e os olhares mais gerais (horizontais) com os olhares mais aprofundados e específicos (verticais) na realidade do Bom Jesus. Essa combinação possibilitou superar pontos de vista ligados somente à estética superficial das paisagens, como por exemplo, o modo de encarar as periferias urbanas e os puxadinhos de uma forma estereotipada, que consideram os espaços subalternos como lugares da feiúra e da desorganização.

Adotamos uma postura de alteridade e sensibilidade à dimensão simbólica e cultural da paisagem, uma vez que o objetivo era entender a paisagem dos puxadinhos a partir dos diversos olhares e desconstruir estereótipos sobre a periferia urbana.

Aparamo-nos nas ideias de Claval (1999), especialmente quando cita Sauer, outro estudioso do tema, que ressalva a importância de utilizar o que há de mais original na apreensão das paisagens: “a atenção que se deve prestar à sua dimensão viva” (p. 46). Mas para esta pesquisa, ao contrário do significado da expressão “dimensão viva” utilizada por Sauer e que representa o estudo da vida vegetal de um lugar como traços vivos da ação antrópica, consideramos o termo “dimensão viva” como a expressão dos desejos e necessidades dos homens que constroem a paisagem urbana.

Assim, a interpretação da prática da autoconstrução no Bairro Bom Jesus se deu através da paisagem como um texto, repleto de grafias da população frente aos obstáculos que desafiam seu cotidiano.

5.2 Olhares sobre a paisagem do Bairro Bom Jesus

A realidade brasileira nos faz perceber que o Estado e a burguesia difundem a imagem da periferia urbana como símbolo de desordem e atraso, enfim, um verdadeiro obstáculo aos ideais de progresso e de modernização, tornando essas áreas alvo de repúdio e preconceitos pela população central e de maior renda. A divulgação de uma imagem ideológica da periferia busca justificar políticas elitistas para atender os interesses de mercado, que ao estabelecerem preços também exigem uma padronização de seus produtos, inclusive a padronização de “um produto” de alto valor econômico e simbólico: a habitação.

Perlman (1977) e Villaça (1986) trazem ideias comuns em suas respectivas obras, pois ambos assinalam uma insatisfação com os estereótipos existentes sobre a pobreza urbana, há muito disseminados e acatados pela sociedade em geral. Este estudo está de acordo com essas ideias, uma vez que os *puxadinhos* e as periferias são, muitas vezes, considerados como “sujeira” na paisagem urbana, característica da desorganização e da marginalidade.

Esses estereótipos representam uma visão superficial da paisagem, resultado de um olhar marcado por preconceitos que carregam imagens, por vezes, distorcidas da realidade de bairros de periferia, como o Bom Jesus, em Viçosa - MG.

A imagem distorcida de áreas marginalizadas é, quase sempre, estratégia de grupos que têm uma finalidade perversa, como foi o caso da favela Catacumba no Rio de Janeiro, onde se aplicou uma política de remoção em 1970 (PERLMAN, 1977). Retrata-se que essa política foi apoiada em um discurso de benefícios sociais e de amenização da condição marginal, mas que, na verdade, almejava disponibilizar a área ocupada pela favela aos interesses do capital imobiliário e à especulação da terra, uma vez que se localizava em uma área imobiliariamente promissora da cidade.

Concordamos com tais aspectos e permitimo-nos concluir com Piquet (1998) quando cita as afirmações de Harvey e descreve que o capital...

[...] “luta perpetuamente por criar uma paisagem social e física indispensável para suas necessidades em determinado ponto do tempo, simplesmente para, com igual certeza, minar, desintegrar e até destruir essa paisagem, num ponto posterior do tempo” (p.160).

Dessa forma, a percepção do senso comum sobre os espaços e paisagens é influenciada pelo que o capital coloca como padrão estético desejável. Em relação ao Bom Jesus, durante a pesquisa foi possível perceber essa influência nos olhares tanto de moradores de bairros mais centrais e de bairros vizinhos (“os que veem o Bom Jesus de fora”) como, também, dos próprios moradores do bairro (“os que veem o Bom Jesus de dentro”).

Foi perguntado a dez moradores que “veem o Bom Jesus de fora”, entre eles estudantes e os entrevistados do corpo técnico, quais eram as palavras ou expressões que vinham à mente quando olhavam ou se lembravam da paisagem do bairro. Em grande parte, as respostas eram negativas, com expressões e palavras como: desorganização, favela, tijolos, paisagem inacabada, feiura, casas aglomeradas e violência. As respostas positivas foram: moradia familiar e famílias.

É interessante colocar que ao visualizar o bairro, os moradores de bairros vizinhos, costumam não levar em consideração as ruas das áreas um e dois do mapa 3, como se esses locais não fizessem parte do Bom Jesus, pois apresentam uma paisagem muito diferente das áreas três e quatro, que ganham destaque pelo grande território ocupado.

Quando feita a pergunta aos que “veem o Bom Jesus de dentro”, a maioria das respostas também foram negativas, como: ruas ruins, falta de zelo pelo setor público municipal, insegurança, medo, violência, favela, desestrutura, casas feias, feiura e muitas casas. Porém, houve em grande parte respostas positivas, como: tranquilidade, comunidade, bairro bom, boas casas, amigos, ar livre da natureza bom para respirar, evoluiu muito.

A análise geral das respostas configura um descontentamento, principalmente estético, com a paisagem do bairro. Porém, esse descontentamento abarca tanto estereótipos como problemas reais existentes no bairro, principalmente na visão dos próprios moradores como a diferenciação das áreas quanto ao desenvolvimento ou privação de serviços públicos básicos.

Essa adesão à visão simplista e ideológica sobre como deveriam se configurar todas as paisagens da cidade em nada colabora com a mudança das condições de vida e de edificação das moradias das famílias carentes do bairro analisado.

Muito pelo contrário, a crítica à conformação das periferias oculta o fato de que a gestão pública é incapaz de atender de maneira justa os direitos de todas as classes sociais, fazendo com que a expansão dos espaços periféricos, compostos pela autoconstrução, surjam como possibilidade da população de baixa renda no enfrentamento do problema habitacional. Esse modo de produção e reprodução espacial pelos pobres é também aspecto fundamental ao capitalismo, pois é com a contribuição das periferias, tidas como locais “feios” e desorganizados, que o planejamento urbano, geralmente direcionado à burguesia, torna-se possível de acontecer, uma vez que o trabalhador é “empurrado” para os arredores da cidade, deixando as áreas centrais disponíveis para a ocupação da classe alta.

Destarte, essa paisagem mente sobre as áreas periféricas entendidas como anomalias, quando são, na verdade, aspecto essencial e integrante da reprodução capitalista, estreitamente vinculada à especulação imobiliária, no meio urbano.

Revelações como esta são o que nos propomos a fazer no capítulo 4, a fim de evidenciar novas faces da realidade do bairro Bom Jesus.

6 CAPÍTULO 4: PAISAGENS QUE REVELAM

6.1 Autoconstrução no bairro Bom Jesus: características e estratégias

Se mostramos o quanto a paisagem do Bom Jesus mente no capítulo anterior, neste queremos destacar como a autoconstrução é um aspecto revelador de estratégias e possibilidades das classes populares frente às necessidades habitacionais em Viçosa.

Procuramos analisar a constituição mais concreta da autoconstrução no bairro Bom Jesus. Para isso, utilizamos a sistematização das informações obtidas através das entrevistas semi-estruturadas realizadas com oito moradores e por meio dos trabalhos de campo.

É importante lembrar que optamos por realizar um levantamento qualitativo e não quantitativo das informações, o que possibilitou coletar informações mais completas e específicas sobre a forma de habitar dos entrevistados. Então, apesar de ter percorrido e vivenciado no trabalho de campo alguns aspectos do cotidiano dos moradores, limitamos o número de entrevistas à visita a oito terrenos situados em diferentes locais do bairro.

Esses procedimentos auxiliaram a reflexão sobre a forma de viver dos moradores do Bom Jesus e suas estratégias de apropriação dos espaços. Como discute Santos (1991, p. 5), neste contexto “privilegiam-se as relações que se estabelecem no processo de construção do espaço urbano e, a nível simbólico, as representações que os moradores fazem desse esforço”.

Quando procuro entender o cotidiano e os aspectos visíveis e invisíveis da paisagem, faço minhas as palavras de Santos (1991) quando revela que:

Penetrando em cada espaço e procurando compartilhar dos diversos momentos, casuais e excepcionais, do cotidiano dos moradores, procuro apreender a forma como vivem, ou melhor, como sobrevivem. Descrevendo seu modo de viver, procuro desvendar o jeito particular de ser do morador e dos grupos de moradores que, valendo-se de elementos do seu repertório cultural, articulam estratégias que lhes garantam a sobrevivência. Meu propósito não é apenas investigar por investigar, mas, sobretudo, investigar para desmistificar, desmascarar, fazer aflorar as contradições que permeiam as suas relações com o universo social mais amplo (p. 5 a 6).

Através dessa imersão nos aspectos constituintes da paisagem é que pudemos conciliar os olhares gerais com os olhares mais específicos sobre o bairro e obter outra concepção sobre a autoconstrução em Bom Jesus.

Como dito antes, a autoconstrução não é prática recente no bairro. Ela é resultado de constantes intervenções que perpetuam-se ao longo do tempo, desde a ocupação dos lotes e a construção das primeiras casas pelos moradores mais antigos.

No trabalho de campo, entrevistamos alguns moradores sobre a data em que os lotes foram adquiridos. Dois deles afirmaram que a aquisição dos lotes ocorreu nos anos de 1980 e 1982; dois afirmaram que a aquisição ocorreu em 1991 e 1998, um afirmou ter adquirido o terreno em 2006, enquanto três moradores não sabiam informar a data da compra dos terrenos onde se localizavam as suas moradias. Como normalmente a ocupação dos lotes é anterior à sua aquisição, ou seja, os terrenos foram primeiramente “invadidos” e depois comprados, o ato de erguer lares através da autoconstrução é anterior à década de 1980, momento em que os moradores declararam terem comprado os terrenos.

Alertamos que como nem todos os moradores entrevistados eram os donos das casas, mas tinham relação de parentesco com os proprietários, não foi possível obter informações precisas e confiáveis em todas as conversas sobre as formas de aquisição dos terrenos.

Foi durante essas entrevistas que percebemos que a questão da informalidade dos lotes do bairro torna-se fator preocupante para a regularização das propriedades e acesso às políticas públicas de habitação de interesse social, pois moradores com imóveis que não são registrados, normalmente têm dificuldade de receber auxílios de programas municipais, segundo informações obtidas na Secretaria de Políticas Públicas do município.

Vejamos: três dos entrevistados declararam que a forma de aquisição se deu através de compra; dois disseram que se deu por compra financiada; um afirmou ter sido por herança; outro disse que a aquisição do terreno se deu por usucapião e uma moradora declarou que a aquisição do terreno onde ela, sua família e mais outras três vivem foi feita pelo seu sogro através de negociação “boca-a-boca” na porta de um bar, o que revela uma prática informal e, até mesmo, ilegal de aquisição ou ocupação dos lotes.

Muitas vezes, a situação da posse foi regularizada e o terreno foi realmente adquirido em um movimento pós-ocupação, como podemos notar no depoimento de dois moradores que afirmaram ter conseguido comprar o lote após vinte ou vinte e cinco anos após a construção de suas moradias. Moradias, constituídas pelos *puxadinhos*, como declararam todos os entrevistados ao mencionarem que tinham feito ampliações em suas casas ou em seus terrenos.

Quando questionados sobre quantidade total de *puxadinhos* e casas por terreno, incluindo a primeira casa construída (“a casa original”), cinco moradores disseram ter dois

“lares” no mesmo lote (uma “casa original” e um *puxadinho*); um afirmou ter três (uma “casa original” e dois *puxadinhos*); já os outros dois moradores disseram haver quatro (uma “casa original” e mais três *puxadinhos*).

Sobre quem executou a construção dos *puxadinhos* e da “casa original”, obtivemos as seguintes informações: dois moradores disseram que as obras foram feitas mediante a contratação de serviços de um pedreiro; outros dois afirmaram ter construído através somente dos serviços de um pedreiro e pelo próprio dono do terreno com o auxílio de membros da família, vizinhos e amigos; um morador afirmou ter construído auxiliado por membros de sua família; em um caso a construção se deu pelo próprio dono sozinho; em outro pelo dono com auxílio de um pedreiro; e em, também, somente um caso se deu mediante a contratação dos serviços de um arquiteto e de um engenheiro.

Sobre a construção dos *puxadinhos*, foi perguntado o seguinte: A ampliação da casa foi pensada por quem? Como respostas, obtivemos o seguinte: em quatro casos as ampliações eram pensadas pelo próprio dono sozinho; em um caso foi pensada por um pedreiro; em outro por um engenheiro amigo do dono; um morador afirmou ter pensado a obra com o auxílio de um arquiteto e de um engenheiro amigos; e outro disse ter pensado as ampliações no seu terreno auxiliado por um pedreiro.

Notamos que na maioria dos casos tanto o “projeto” quanto a execução da obra foram realizados pelo próprio dono do terreno, às vezes auxiliado por um pedreiro, às vezes auxiliado pelos membros da família ou amigos. Nesses processos, quando houve algum tipo de intervenção técnica, foi devido à amizade entre os moradores e profissionais da área, que ou prestaram serviços por preços mais acessíveis ou nem cobraram. Essas respostas revelam a questão da “solidariedade forçada”, uma vez que os profissionais prestam serviços de maneira gratuita e informal, motivados pela falta de condições financeiras de alguns de seus conhecidos.

Trata-se de um real cenário da autoconstrução da periferia brasileira que encontra como possibilidade de moradia a constante ampliação de casas frente aos empecilhos gerados pelos escassos salários, pelas precárias condições físicas e sociais, além da ineficiente gestão pública, que atingem diretamente a população de baixa renda.

São aspectos responsáveis pelo desenho inacabado da paisagem urbana periférica de Viçosa, como um espaço encarado enquanto um esboço de cidade segregatória que não tem contribuído expressivamente para se chegar a uma configuração mais uniforme, planejada e bem delineada no sentido habitacional amplo e justo.

A necessidade ou a cultura da constante autoconstrução podem ser percebidas não somente através da conformação da paisagem incompleta do bairro, mas verificadas no trabalho de campo, onde vemos que muitos dos moradores entrevistados não só já construíram *puxadinhos* em seus terrenos como ainda estão por construí-los. E ainda, notamos o desejo de continuar as ampliações na casa ao percebermos o uso de materiais de construção restantes em algum outro tipo de construção nos terrenos.

Ilustrando esse ponto, dos terrenos estudados quatro contêm tanto *puxadinhos* que já foram finalizados como *puxadinhos* que estavam sendo construídos; em três terrenos as obras dos *puxadinhos* já tinham sido concluídas; e em um terreno os *puxadinhos* ainda estavam sendo construídos.

Quando perguntados sobre o que fazem ou fariam com o material de construção que sobra, seis moradores afirmaram guardar já pensando em futuras reformas ou em ampliações da casa, se necessário; enquanto dois moradores afirmaram que, normalmente, não sobram materiais de construção.

Na maior parte dos casos, a construção é realizada pelos próprios moradores, que tem, normalmente, como ajuda técnica da área, o auxílio de um pedreiro. Foi possível obter as seguintes informações a respeito dos momentos em que são realizadas as ampliações das casas: em três casos as construções ocorrem durante o dia; em outros três casos ocorrem durante o dia e aos finais de semana; em um caso ocorrem durante o dia, à noite e aos finais de semana; sendo que um morador afirmou construir aos finais de semana e à noite. O que se conclui é que as horas de descanso do trabalhador são convertidas em mais horas de desgaste e trabalho para obtenção de moradia.

Em relação à compra do material de construção, normalmente é feita através de parcelamento do valor, já que é uma das formas de pagamento mais convenientes ao morador do bairro e ao seu salário. Além disso, a maneira como o pagamento é facilitado ao comprador pelo comerciante é o fator que mais pesa na hora de decidir o local da compra, deixando para trás o fator da proximidade das lojas e os preços das mercadorias.

Podemos verificar tais aspectos através das respostas dos moradores quando perguntados sobre a forma de compra dos materiais de construção: em dois casos a compra foi feita mediante pagamento parcelado, um comprou à vista; um morador disse que a compra foi feita aos poucos conforme a situação financeira do momento; outro afirmou ter comprado uma quantidade de materiais à vista e o restante foi comprado aos poucos também conforme a situação financeira do momento; um morador afirmou ter comprado parcelado e,

posteriormente, aos poucos conforme a situação financeira; enquanto uma moradora afirmou ter conseguido construir seu *puxadinho* através de um programa habitacional da Prefeitura. Isso revela que a atuação da gestão pública é mínima quando se trata de atendimento habitacional para a população de baixa renda do município.

Merece atenção o caso de uma moradora que nos contou ter feito a compra de diversas formas, como pagamento à vista de certa quantidade de material, compra de outra quantidade conforme a situação financeira do momento, mas também através de um programa habitacional de crédito da Prefeitura, que auxiliou na compra de uma parcela do material de construção e através de um curso profissionalizante de costura, realizado na própria cidade, que forneceu todo o material para a construção de um pequeno ateliê no seu terreno, o qual funciona como fonte de renda da moradora que divide com seu marido as despesas da casa.

É importante frisar também que as duas moradoras que declararam ter recebido auxílio de um programa habitacional do município, não souberam informar o nome do mesmo, como funcionava e quais eram os critérios para a seleção dos beneficiários. Mencionaram apenas que era um programa de crédito para materiais de construção, que, após a entrada de pedido no órgão responsável pela habitação (secretaria ou departamento), recebiam materiais como telhas, tijolos e cimento.

Quanto aos motivos para a escolha do local da compra do material de construção vimos que se dão, basicamente, pela facilidade de pagamento, como relatado por quatro moradores.

No entanto, outro fator relevante é a proximidade do local da compra, que facilita tanto o deslocamento e entrega da compra, como própria forma de pagamento, devido ao fato de muitas vezes os moradores terem amizade com os donos das lojas do bairro ou próximas ele. Com isso, a forma de pagamento costuma ser facilitada com a abertura de uma conta na loja, com descontos e até mesmo com a venda “fiado”. Tal fato demonstra mais traços de solidariedade imbuídos no movimento da autoconstrução na periferia da cidade.

Este último aspecto foi relatado por três moradores que também afirmaram levar em consideração o preço dos produtos, embora tenham dito não realizar uma pesquisa comparativa mais detalhada dos orçamentos de diferentes lojas de materiais de construção. Apenas um morador afirmou levar em consideração além da facilidade de pagamento, o serviço de entrega.

Em relação aos preços e aos investimentos com a autoconstrução, pudemos notar que a falta de planejamento financeiro acaba por comprometer os salários dos moradores. O percentual gasto com reformas ou construções, normalmente, engloba metade da renda mensal e, em alguns casos, chega a ultrapassar 100% da renda do trabalhador, anulando a quantidade de dinheiro que deveria ser investida em educação, saúde, lazer, entre outros.

Em virtude dessas situações, os moradores adquirem dívidas em empréstimos para financiamento de suas habitações que não condizem com sua realidade monetária e acabam por afetar ainda mais sua qualidade de vida.

Nem sempre a finalidade da construção dos puxadinhos é coerente com o seu uso atual. Fizemos uma análise das informações que seguem: cinco moradores afirmaram ter construído os puxadinhos para moradia familiar; dois afirmaram ter a finalidade de moradia familiar e comércio; enquanto um morador declarou querer mais espaço na casa.

Porém, ao longo do tempo as intenções iniciais das ampliações se modificaram pela necessidade, pois apesar de em cinco casos os puxadinhos continuarem a servir como moradia familiar, em um caso servia como moradia familiar e comércio, em outro como moradia familiar e aluguel, e em um caso como moradia familiar e garagem.

No geral, o uso dos puxadinhos é destinado a moradia familiar. A autoconstrução no bairro Bom Jesus baseia-se, então, em possibilidades para habitação coletiva, o que gera um quadro em que há muitas pessoas ocupando um mesmo terreno ou compartilhando um pequeno espaço.

Em três dos terrenos analisados havia menos de cinco moradores no total (2, 4 e 4 moradores/terreno); em outros três moravam de cinco a seis pessoas (5, 6 e 6 moradores/terreno); e em dois casos haviam mais de dez moradores por terreno (11 e 19 moradores/terreno). É válido acrescentar que os moradores entrevistados não souberam informar o tamanho dos terrenos.

A grande ocorrência de várias pessoas ocupando um pequeno espaço residencial é um dos motivos que incorporam o bairro Bom Jesus no quadro de vulnerabilidade social, pois é um dos critérios considerados de risco à qualidade de vida e ao conforto.

Quando perguntados se a ampliação da casa foi vantajosa, quatro moradores responderam que sim e entre os motivos que os levaram a considerá-la como tal estão: maior convivência com os familiares, melhoria e aumento do espaço da casa, saída do aluguel e garantia de casa para os filhos.

Ainda sobre a construção dos puxadinhos, dois moradores afirmaram que ela não foi vantajosa devido aos inúmeros conflitos familiares, à falta de privacidade e à dependência dos pais, o que gera perda de autonomia por parte do morador.

Dos entrevistados restantes, um disse que a ampliação foi vantajosa em partes pelos mesmos motivos bons e ruins mencionados acima, enquanto um deles preferiu não opinar sobre o assunto.

Entre as demais perguntas da entrevista, estava a indagação sobre possíveis problemas enfrentados pela autoconstrução nos terrenos. Enquanto dois moradores disseram não ter nada a declarar, outros três afirmaram não ter tido nenhum problema. Já outros três moradores declararam enfrentar problemas como falta de apoio e orientação da Prefeitura, desacordos familiares e a redução de auxílio dos familiares ou pessoas próximas na construção, bem como a escassa oferta dos serviços de pedreiros e aumento dos preços desse tipo de mão de obra.

Entretanto, mesmo com todos esses empecilhos, seis moradores disseram que não se mudariam do bairro devido ao sentimento de pertencimento, às amizades e à família. Já outros dois moradores afirmaram ter vontade de se mudar do bairro se tivessem condições e oportunidades.

Quando perguntados se teriam vontade de se mudar para outro local dentro do mesmo bairro, seis afirmaram que sim e apenas dois dos moradores não se mudariam.

Dos aspectos que motivaram as respostas positivas acerca da mudança dentro do mesmo bairro ou para outros locais, três moradores mencionaram os conflitos familiares e a falta de privacidade; dois mencionaram a má localização das ruas onde moravam (principalmente na área quatro do mapa 3, constituída por ruas de maior declividade e em topo de morro); e um morador mencionou a estrutura precária de sua casa.

As reclamações sobre o descaso e falta de investimentos por parte da Prefeitura para com a questão da moradia foram comuns. Praticamente todos os moradores declararam não terem acesso às informações de programas habitacionais, sendo que apenas um afirmou ter acesso, mesmo que deficiente.

Dentre os motivos pelos quais os entrevistados julgam não ter acesso a informações, claras e precisas, sobre programas municipais estão a falta de divulgação ou má divulgação pelos órgãos responsáveis e admitiram a falta de interesse dos próprios moradores do bairro.

6.2 Análise da postura política dos moradores do Bom Jesus no enfrentamento cotidiano dos problemas ligados à moradia: como o exercício da cidadania antecede o direito à cidade?

Apoiando-se em Claval (1999) e com o intuito de entender o espaço periférico de Viçosa - MG, considerou-se neste trabalho a construção, principalmente a autoconstrução de moradias, como uma das formas mais diretas da tradução espacial.

Sendo assim, nossa proposta foi fazer uma análise crítica dos puxadinhos em Bom Jesus como estratégias de construção concreta da paisagem urbana, partindo de um novo olhar sobre a espacialidade da cidade e de seus conflitos.

Este novo olhar muito tem a ver com as ideias de “espaço humanizado”, que é organizado para consentir aos homens viverem como lhes convém ou se faz necessário num dado contexto sociocultural. Porém este olhar também se refere à análise voltada às questões que envolvem o espaço e a cidadania, discutidas por Santos (1993), que adota uma postura bastante crítica ao versar sobre os desafios vividos pela sociedade para a cidadania, diante da organização e produção do espaço brasileiro nos moldes capitalistas.

Partindo da ideia de que para se alcançar a cidadania é necessário compreender que a moradia digna é um direito essencial à reprodução da sociedade, conversamos com os moradores do Bom Jesus sobre aspectos que identificariam a sua postura política no enfrentamento cotidiano dos problemas ligados à moradia. Esta questão foi evidenciada quando perguntamos sobre a participação em alguma associação ou em algum movimento social que reivindique o atendimento aos direitos da população. As respostas demonstraram que há uma frágil participação social, pois, dos oito entrevistados, apenas um declarou participar da Associação de Moradores, declarando ainda que esta não se dá com frequência e sim “de vez em quando”.

Segundo os entrevistados, os motivos que levam à falta de participação em associações ou movimentos sociais são a ausência de abertura e de estímulo para a participação popular, falta de divulgação, desinteresse, descrença na efetividade das ações desses grupos e indisponibilidade devido a fatores como falta de tempo e questões ligadas à saúde.

Para entender o papel político dos moradores do Bom Jesus, acompanhamos uma reunião da União Municipal das Associações de Moradores de Bairros e Distritos de Viçosa

- UMAM, da qual um morador entrevistado afirmou participar, e de uma reunião do Conselho de Habitação.

Na reunião da UMAM, realizada em meados do ano de 2013 na Câmara dos Vereadores de Viçosa, notamos a ausência do presidente de bairro do Bom Jesus. Porém, estavam presentes outros representantes, aparentemente ativos, e de projetos e programas universitários (“Engenheiros Sem Fronteiras” e “Comissão Viçosa Que Queremos”¹⁰). Estes constituintes de organizações da sociedade civil estavam lá com o intuito de fortalecer tanto suas próprias causas como as ações da Associação relacionadas à saúde, que era o assunto em pauta. Não foram discutidas questões ligadas à moradia, e sim à saúde e ao calçamento das ruas. Em conversa com um dos representantes antes da reunião, fomos informados que problemas habitacionais são mais discutidos em períodos de chuvas intensas, que causam estragos principalmente em áreas de riscos da cidade.

Foram imperativos os depoimentos dos representantes sobre a dificuldade de desenvolver os trabalhos sem uma sede legalizada para a Associação nos bairros, o que enfraquecia as ações. Foi colocado que uma maneira de fortalecimento seria o auxílio financeiro da Prefeitura às associações, desde que comprovada a utilidade pública das mesmas, embora tenha sido levantada a hipótese de desvio de verba para algumas dessas Associações.

Outras reclamações referiam-se à falta de apoio do poder legislativo municipal para com as reivindicações feitas pelos presidentes de bairro e a mais uma ausência do prefeito da cidade que havia sido convidado para a reunião. Afirmaram também que a Associação é frequentada massivamente pelos políticos em época de eleição, configurando-se como plataforma política e foi pedido aos presentes que rejeitassem, como nas próprias palavras do coordenador, essa “busca interesseira” dos candidatos.

Devido a todo esse descaso, o coordenador da UMAM disse que se sentia ofendido pela sua comunidade, que encontrava-se totalmente desacreditada com as ações da Associação e da Prefeitura. Também ressaltou que a falta de interesse dos moradores origina-se, na maioria das vezes, pela frustração com a falta de apoio e de atendimento por parte do governo em relação aos problemas do bairro. Tal descontentamento vai ao encontro dos depoimentos dos moradores entrevistados no trabalho de campo no Bom Jesus, o que

¹⁰ Um dos estudantes da Comissão “Viçosa Que Queremos” estava com um orçamento disponibilizado por um dos vereadores onde constavam gastos de 500 mil reais com festas realizadas no município. Foram questionados, então, os valores ínfimos direcionados à saúde, à segurança e à habitação.

justifica, em muitos casos, o porquê dos problemas da periferia e da habitação persistirem devido à ausência da ação política mais efetiva combinada com a falta de mobilização popular.

Na reunião do Conselho de Habitação¹¹, realizada em meados do ano de 2013 na sede da Secretaria de Políticas Públicas, notamos tanto a ausência de cidadãos comuns como a ausência de alguns dos próprios representantes formais.

A presença de três estudantes, incluindo eu e um representante do Programa Engenheiros Sem Fronteiras, foi anunciada pela coordenadora da reunião e foi comentada a necessidade de, como nas suas próprias palavras, “cabeças pensantes” para fazer parte das discussões, embora uma funcionária da Secretaria, entrevistada posteriormente, tenha declarado não haver divulgação e incentivos à participação de mais pessoas no Conselho.

Foi reconhecida a carência habitacional em Viçosa, porém o debate foi focado apenas no Programa Minha Casa, Minha Vida¹². Apesar de terem sido apontados alguns problemas como ocupação irregular e invasão de casas do programa abandonadas por inadimplência ou ameaças, uma das funcionárias da Secretaria de Políticas Públicas afirmou que o desenvolvimento do programa tem obtido “êxito” na cidade, sobretudo pela eficácia do acompanhamento pós-ocupação do trabalho técnico-social.

Ao final da reunião, houve votação para escolha de uma nova mesa diretora, acompanhando a modificação da lei do Conselho. Em meio às falas de um representante que anunciava a todo o momento a vontade de renunciar ao seu posto, alegando não querer mais compromissos e responsabilidades, foram escolhidos “por livre e espontânea pressão” novos presidente e vice-presidente para orientar as ações do órgão a partir de então.

Em suma, nas reuniões do Conselho de Habitação e da UMAM, as reivindicações prioritárias dos moradores relacionadas à melhoria e apoio aos bairros periféricos não foram direcionadas à questão da habitação. Entre as sugestões dos moradores entrevistados para a melhoria da vida no bairro, o asfaltamento ou calçamento e manutenção das ruas aparecem em primeiro lugar; em segundo lugar temos a diminuição da violência acompanhada pela ajuda financeira da prefeitura para custear as construções; em terceiro lugar aparece a

¹¹ É interessante colocar que os Conselhos de Políticas Públicas, sejam elas voltadas à saúde, segurança, transporte, educação, moradia, dentre outros, são espaço abertos de discussão formal instituídos pela Constituição de 1988, os quais devem ser constituídos tanto por representantes do corpo técnico, como por representantes de instituições públicas, privadas e governamentais e pela população que se interessar pelos temas de debate, fazendo prevalecer a igualdade deliberativa entre todos os representantes.

¹² O programa “Minha Casa, Minha Vida” foi criado em 13 de abril de 2009, pelo Governo Federal, e objetiva a construção de um milhão de moradias no país, para a redução do déficit habitacional.

elaboração de programas que priorizem a população carente e informações mais eficientes sobre os mesmos, bem como a construção de áreas de lazer e a melhoria da iluminação pública no trecho de fronteira das áreas três e quatro e em toda a área quatro do mapa três.

É perceptível que a questão habitacional tem perdido significado frente à fragilidade dos canais de luta não só no bairro Bom Jesus ou em Viçosa, mas nos países em desenvolvimento como um todo. O individualismo, que vem permeando as relações interpessoais ao longo do tempo, a educação conservadora, que molda o comportamento da população e estanca seu potencial de repensar e reivindicar ativa e politicamente seus direitos, juntamente com o descaso governamental revelam-se como origens de um exercício insuficiente da cidadania e de maiores dificuldades no pleno atendimento do direito das classes populares à cidade.

Ao reconhecer essa realidade desfavorável, revela-se a necessidade de cobrar que os direitos sejam universalizados e não os privilégios. Revela-se imprescindível que venha à tona a transformação de ideias e ações a fim de promover a mudança da inércia política.

6.3 Necessidade e criatividade: os *puxadinhos* como formas de potencialização espacial

Com o olhar horizontal sobre a paisagem autoconstruída do bairro Bom Jesus e com o olhar vertical, que possibilita um aprofundamento na realidade, faremos aqui uma análise dos *puxadinhos* por meio da sistematização dos resultados.

Consideramos, então, o espaço como a totalidade onde os sujeitos criam e recriam possibilidades de ajustarem-se às técnicas e às demandas do mundo atual/global capitalista (SANTOS, 2006). E é justamente essa noção que os resultados conferiram ao olhar acerca da paisagem do Bom Jesus.

O bairro não é apenas um local constituído por casas inacabadas e feias como julgam algumas visões simplistas, como era a da própria pesquisadora no início deste trabalho. Ele é muito mais que isso, e foi através de um olhar mais cuidadoso, que foi possível traduzir o que havia de complexo naquele local.

Essa complexidade diz respeito à disseminação dos *puxadinhos*, em grande maioria possibilitados pela autoconstrução, enquanto estratégia de renda ou até mesmo de sobrevivência das famílias. Situações hipotéticas e corriqueiras nas famílias das periferias, como as relatadas a seguir, ilustram práticas espaciais muito comuns:

- 1) O filho de um morador do bairro está prestes a se casar, mas nem ele, nem a sua noiva tem condições de comprar um terreno devido à saturação de casas e prédios, bem como o valor abusivo de lotes em outros bairros, principalmente nos centrais, o que dificulta a saída do casal que está prestes a se formar da casa de seus pais. A forma de ajustarem-se à imposição da especulação imobiliária da cidade é autoconstruir uma nova casa ou no terreno dos pais do noivo ou no dos pais da noiva. Além disso, quando os filhos vierem, os avós que moram no mesmo local, podem cuidar dos netos para os pais trabalharem, pois também não há creches que atendam à demanda do bairro.
- 2) Um morador, vendo a alta procura de moradia por parte de estudantes e outros tipos de pessoas, como recém-concursados, decide fazer uma ampliação nos fundos de sua casa para aluguel, pois um “dinheirinho” a mais por mês ajudaria na sua renda. Então, auxiliado por um pedreiro amigo e/ou por vizinhos e parentes, constrói um quarto, uma sala e uma cozinha, não muito grandes, mas que abrigam dois ou três inquilinos com tranquilidade.
- 3) Outro morador recém-aposentado, para não ficar ocioso, decide utilizar um espaço na frente do seu terreno e construir um cômodo com banheiro com o intuito de abrir um comércio. Com isso, a aposentadoria seria complementada com o lucro do mais novo negócio seja ele um bar, um mercadinho, uma sorveteria, uma pequena loja de materiais de construção, entre outros.

Situações como essas e muitas outras, se reproduzem constantemente no bairro Bom Jesus, sobretudo nas áreas três e quatro que são representadas no mapa 3. Estas representam a produção do espaço realizada pelas classes populares, onde os sujeitos criam e recriam possibilidades de ajustarem-se às dificuldades e necessidades por habitação/renda em uma cidade de pequeno e médio porte, como é Viçosa. O enfrentamento desta questão ocorre também nas cidades de grande porte.

A produção do espaço e a configuração da paisagem que os *puxadinhos* revelam, também mostram a autoconstrução como forma de potencialização social e espacial constituída por redes de solidariedade dos grupos menos abastados financeiramente.

Sim, redes de solidariedade e ajuda mútua. Solidariedade que não é entendida aqui por uma ótica romântica, utópica da palavra, desprovida de conflitos, mas como algo que constitui-se pelo auxílio mútuo entre seres humanos, propícios a desacordos e a ofensas.

Para exemplificar este ponto, retomemos o exemplo do terreno ocupado pelo Senhor Durval, na periferia de São Paulo. Apesar de existirem ciúmes entre as noras; brigas referentes à criação dos netos e sobrinhos; desacordos em relação às construções; invasão de privacidade; fofocas e, até mesmo, desacordos pela divisão dos dias para uso do varal que era o único no terreno, o essencial que existia ali era a união dos moradores a fim de possibilitar a reprodução de suas vidas, do trabalho e da convivência. Esse tipo de rede de solidariedade se faz presente no bairro Bom Jesus.

Além disso, ao contrário da imagem de desordem atribuída às periferias, pude ver que as famílias do bairro estudado planejam sim suas casas, porém dentro das condições e saberes que possuem. Portanto, muitas vezes esse planejamento não vai ao encontro do que se espera esteticamente de uma residência, o que não faz desses espaços e moradias menos dignos.

As palavras “tijolos e casas inacabadas” que apareceram como respostas dos moradores de bairros vizinhos e centrais quando perguntados sobre o que vinha em mente quando pensavam no bairro Bom Jesus, simbolizam a insuficiência dos salários para com a compra de materiais de acabamento das moradias. Porém, quando se entra nas casas do bairro, a organização e decoração das donas da casa, o cuidado e a limpeza com os cômodos, mesmo que sem condições adequadas de conforto, e com os móveis, mesmo que precários ou antigos, revelam uma forma de compensação estética pelos moradores de suas residências que concretiza-se de dentro para fora da casa, e não de fora para dentro.

É a partir desses aspectos sobre o Bom Jesus e outros cenários do Brasil, que reavalio meu olhar e passo a entender a paisagem autoconstruída como expressão da periferia, marca da cidade, grafia populacional, reflexos da imposição de condições ou da ausência delas no meio urbano.

7 CONCLUSÃO

O desenvolvimento desse trabalho permitiu concluir que as paisagens da periferia do bairro Bom Jesus, marcadas pela forte presença da autoconstrução, mentem e, ao mesmo tempo, revelam.

Mentem sobre a existência de um bairro homogêneo e revelam a heterogeneidade de áreas, que se distinguem segundo o grau de suficiência ou ineficiência de serviços públicos e também de acordo com os recursos e representações do padrão de construção das moradias.

Mentem, então, sobre o Bom Jesus ser um bairro de periferia em função da distância física do centro da cidade, pois é um dos bairros mais próximos ao centro. Revela-se aí um bairro que pode ser considerado enquanto periferia tomando como referência a segregação espacial e carência de serviços públicos em certas áreas.

Mentem sobre a noção de que altas taxas de lucro só se dão nas atividades que têm por consumidores as classes sociais de rendas mais altas e revelam uma economia popular, onde se obtém recursos, e mesmo lucro, nas atividades que têm como produtores e consumidores as classes sociais de rendas mais baixas, como a indústria da construção civil com o “mercado formiguinha” da autoconstrução, que produzem uma “mercadoria” essencial: a moradia.

Mentem sobre um bairro que é visto como desordem e revelam planejamento e redes de solidariedade, mesmo que limitados e, muitas vezes forçados, compostos por conflitos, mas principalmente por possibilidades. E dentro desse novo olhar, revela-se, ainda, que os puxadinhos funcionam como estratégia econômica e de sobrevivência das famílias do Bom Jesus, e também como formas de inserção, permanência e reprodução social no meio urbano.

Um olhar atencioso direcionado ao Bom Jesus revela a necessidade de mais informações sobre políticas públicas sociais, de desenvolvimento de projetos de orientação técnica de apoio à autoconstrução, bem como a gestão pública igualitária que mitigue a segregação de serviços básicos em todo o bairro.

Revela, ainda, como possíveis caminhos para a melhoria da questão habitacional no bairro, ações como a pulverização das casas de programas habitacionais em meio à malha urbana, programas de incentivo e orientação acerca do processo de registro das casas e terrenos, maior e melhor divulgação de programas habitacionais e modos de participação em canais de luta, fortalecimento de instâncias públicas como o Conselho Gestor de Habitação e incentivos, inclusive financeiros, a projetos como o “Habitat” do Departamento de

Arquitetura e Urbanismo da UFV¹³, em parceria com o meio acadêmico interdisciplinar, a gestão municipal e a sociedade civil.

Outro fator de grande ajuda, de acordo com as entrevistas com o corpo técnico e acadêmico sobre habitação, seria a implementação da Lei 11.888 no município. Esta lei, criada em 2008, assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto, construção e reforma da habitação de interesse social.

Também há a necessidade dos moradores deixarem o estado de pouca mobilização política e passarem a ter interesse pelos problemas encontrados no seu local de moradia, superando um comportamento individualista e passivo para uma forma de pensamento preocupado com o bem-estar coletivo. É sabido que alcançar essa mudança é um caminho difícil e complexo, porém não impossível quando se tem a combinação da iniciativa popular com a iniciativa governamental.

Enfim, mente aquele que pensa que o assunto se encerra por aqui. Na verdade, esta pesquisa também revela a necessidade de se continuar a reflexão sobre a habitação urbana. É imprescindível investigar, em estudos futuros, formas de incentivo à transformação da postura política dos moradores de baixa renda, tanto em relação à moradia, como em relação a outras questões urbanas; formas de maior e melhor intervenção da gestão pública em espaços periféricos; apoio à população carente e investimento em acesso à moradia digna para todas as classes sociais.

¹³ “Projeto Habitat - Consultório Móvel de Arquitetura no Bairro Nova Viçosa” foi iniciado em julho de 2008, operando em conjunto com o Departamento de Habitação e Urbanismo, vinculado à Secretaria de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Viçosa, hoje denominada como Secretaria de Políticas Públicas. Foi criado com o objetivo de proporcionar assessoria técnica mediante elaboração de projetos arquitetônicos, quantificação de materiais, orientação técnica e acompanhamento das execuções de reformas e/ou ampliações e construções de residências das famílias residentes em bairros populares da cidade, como Nova Viçosa.

8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRÉ, Marli E. D. A.; LUDKE, Menga. Métodos de coleta de dados: observação, entrevista e análise documental. In.:_____. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986. p. 25-44.

ARANTES, Oflia B. F.; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2000. 192 p.

BOLAFFI, Gabriel. “Para uma nova política habitacional e urbana: possibilidades econômicas, alternativas possíveis e limites econômicos”. In. MARICATO, Ermínia. **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo: Alfa-Omega, 1979.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. K. **Qualitative Research for Education**. Boston, Allyn and Bacon, Inc. 1982.

BONDUKI, Nabil. **Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria**. 5. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2011. 344 p.

BONDUKI, Nabil; ROLNIK, Raquel. **Periferias: a mercantilização da casa operária**. Revista Chão 2, 1978.

_____. **Periferias: ocupação do espaço e reprodução da força de trabalho**. São Paulo: PRODEUR/FAU-USP, 1979.

_____. Periferia da Grande São Paulo: reprodução do espaço como expediente de reprodução da força de trabalho. In.:_____. MARICATO, Ermínia. **A produção capitalista da casa e da cidade no Brasil industrial**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.

BRASIL, Minas Gerais, Viçosa. Cadastro de imóveis de Viçosa. Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Viçosa – MG, 1964-1977.

BUARQUE, Chico; PONTES, Paulo. **Gota d’água**. São Paulo: Círculo do Livro, 1977.

CLAVAL, Paul. A paisagem dos Geógrafos (1999). In.:_____. CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. (Org.). **Paisagens, textos e identidade**. Rio de Janeiro: EDUERJ, [2004] 90 p.

COELHO, Dayana Debossan. **Da Fazenda ao bairro: a construção de uma Nova Viçosa (1970-2000)**. 2013. 123 f. Monografia (Bacharelado em Geografia) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2013.

CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. (Org.). **Paisagens, textos e identidade**. Rio de Janeiro: EDUERJ, [2004] 90 p.

COSTA, H. S. M.; COSTA, G.M.; MENDONÇA, Jupira Gomes de; MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo (Org.). **Novas Periferias Metropolitanas - A expansão**

metropolitana de Belo Horizonte: dinâmica e especificidades no Eixo Sul. 1. ed. Belo Horizonte: Editora C/Arte, 2006. v. 1. 468p .

COSTA, Rogério Haesbaert da. **O mito da desterritorialização:** do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

COUTINHO, Elenice A.. **Conflitos socioambientais urbanos:** um estudo de caso no bairro Bom Jesus - Viçosa/MG. 2010. 67 f. Monografia (Bacharelado em Geografia) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2010.

CRUZ, Tancredo Almada (coord.). **Retrato Social de Viçosa IV.** Viçosa, MG: CENSUS. Editora UFV, 2012. 88 p.

Habitação: a crise é nacional. **Tribuna Livre.** Viçosa, Minas Gerais, ano IV, s/n, s/p. 1989.

HARVEY, David. O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas. **Espaço e Debates**, n.6, p. 6-35, jun./set/1982.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.** Pesquisa. [online]. Disponível na internet pelo site: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>>. Acesso em 12 out. 2013.

LIMA, Maria Helena Beozzo. Em busca da casa própria: autoconstrução na periferia do Rio de Janeiro. In.:_____. VALLADARES, L. (Org.). **Habitação em questão.** Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

MARICATO, Ermínia. “Autoconstrução, a arquitetura possível”. In. _____. MARICATO, Ermínia. **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial.** Alfa Ômega, 1979.

_____. **Habitação e cidade.** São Paulo: Atual, 1997.

_____. “As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias. Planejamento Urbano no Brasil”. In.: _____. ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único:** desmanchando consensos. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

_____. **Brasil, cidades:** alternativas para a crise urbana. 4. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

PERLMAN, Janice E. **O mito da marginalidade:** favelas e política no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. v. 18. 377 p.

PINTO, Alice Regina [et al.]. **Manual de normalização de trabalhos acadêmicos.** Viçosa-MG, 2010. 88 p. Disponível em:<<http://www.bbt.ufv.br/>>. Acesso em 20 jan. 2014.

OLIVEIRA, Francisco. Prefácio. In._____. MARICATO, Ermínia. **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial.** Alfa Ômega, 1979.

PIQUET, Rosélia. **Cidade-empresa:** presença na paisagem urbana brasileira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

RAFFESTIN, Claude. O que é território? In.:_____. **Por uma geografia do poder.** Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993. p. 143-163.

ROCHA, Alexandre Souza da. **Os ambientes de autoconstrução: necessidade, desejo e fruição na constituição da periferia metropolitana.** In: SIMPURB, 11. 2011. Disponível em:

<<http://xiisimpurb2011.com.br/app/web/arq/trabalhos/3f4128c1cf44149364bc92e098ab7eda.pdf>>. Acesso em 05 abr. 2012.

RODRIGUES, Nádya Menezes de. **A organização do espaço urbano, segregação socioespacial e Plano Diretor na cidade de Viçosa, MG (1996-2005): o caso do bairro Maria Eugênia e Centro.** Viçosa: UFV, 2008

SANTOS, Ana Maria Corrêa dos. **Sociabilidade e ajuda mútua na periferia urbana de Viçosa, Minas Gerais.** 1991, 351 p. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Universidade Federal de Viçosa, Departamento de Economia Rural, Viçosa-MG, 1991.

SANTOS, Milton A.. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** 4. ed. 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

_____. **Espaço do cidadão.** 4. ed. São Paulo: Nobel, 1997.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Teoria e prática científica. In.:_____. **Metodologia do trabalho científico.** 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007. Cap. 3, p. 99-126.

SILVA, Ananias Ribeiro da (coord.). **Retrato Social de Viçosa III.** Viçosa, MG: CENSUS. Editora UFV, 2010. 100 p.

VALLADARES, Licia do Prado. **Passa-se uma casa: análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980. v. 1. 142 p.

VILLAÇA, Flávio. **O que todo cidadão precisa saber sobre habitação.** São Paulo: Global, 1986.

ANEXO A

Entrevista-semiestruturada direcionada aos
moradores do Bairro Bom Jesus

PESQUISA PARA MONOGRAFIA

PESQUISADORA: Regiane Valentim Leite - Graduada em Bacharelado em Geografia.

TEMA: “Paisagens que mentem e revelam: uma análise dos *puxadinhos* como estratégia e expressão da periferia de Viçosa – MG, bairro Bom Jesus”.

OBJETIVO GERAL: Compreender a dinâmica dos *puxadinhos* e seus efeitos como/sobre a estratégia econômica das famílias residentes no bairro Bom Jesus, bem como reavaliar os estereótipos existentes sobre a paisagem periférica da cidade.

PÚBLICO-ALVO: Proprietários(as) das casas do bairro escolhidas aleatoriamente.

AMOSTRA: 30 terrenos analisados, ou seja, 10 questionários x 3 ruas (1º rua: local mais plano, próximo à área central e com ocupações regulares. 2º rua: local intermediário entre as ruas mais planas e as mais declivosas do bairro. 3º rua: local mais declivoso, afastado da área central e com ocupações irregulares).

| CAMADA I: “QUEBRA GELO” |
|---|
| I.1) Rua: _____ |
| I.2) Onde nasceu (Município/Estado)? _____ |
| I.3) Em seu local de origem você morava na região: <input type="checkbox"/> Urbana (cidade) <input type="checkbox"/> Rural (fazenda/sítio/chácara/vila agrícola, etc.) |
| I.4) Se não nasceu em Viçosa, veio morar na cidade/no bairro por qual motivo? <input type="checkbox"/> Trabalho <input type="checkbox"/> Motivos familiares <input type="checkbox"/> Estudos <input type="checkbox"/> Saúde <input type="checkbox"/> Outros: _____ |
| I.5) Em que ano chegou ao bairro? _____ |
| I.6) Reside no bairro há quantos anos? _____ |
| I.7) O que o bairro representa para você? _____ |
| I.8) Por favor, cite duas palavras que vêm à sua mente quando olha a paisagem do seu bairro? _____ |
| I.9) Por favor, cite duas palavras que vêm à sua mente quando olha a paisagem dos bairros do centro da cidade? _____ |
| I.10) Você considera haver paisagens diferentes dentro do bairro ou são as mesmas em todo o território? <input type="checkbox"/> Paisagem homogênea <input type="checkbox"/> Paisagem heterogênea Por quê? _____ |

| CAMADA II: ANÁLISE SÓCIO-ECONÔMICA |
|---|
| II.1) Sexo: <input type="checkbox"/> Feminino <input type="checkbox"/> Masculino |
| II.2) Estado civil? <input type="checkbox"/> Solteiro(a) <input type="checkbox"/> Casado(a) <input type="checkbox"/> Separado(a) / Divorciado(a) <input type="checkbox"/> Viúvo(a) <input type="checkbox"/> Vivo com companheira <input type="checkbox"/> Vivo com companheiro |
| II.3) Com quem você mora? (quantos?/múltipla escolha) <input type="checkbox"/> Pais _____ <input type="checkbox"/> Cônjuge <input type="checkbox"/> Companheiro(a) <input type="checkbox"/> Filhos _____ / Menores _____ e/ou Maiores _____ <input type="checkbox"/> Sogros _____ <input type="checkbox"/> Parentes _____ <input type="checkbox"/> Amigos _____ <input type="checkbox"/> Empregados domésticos _____ <input type="checkbox"/> Outros _____ <input type="checkbox"/> (ou) Sozinho(a) |
| II.4) Qual(is) o(s) tipo(s) de fonte(s) de rendimento? (múltipla escolha) <input type="checkbox"/> Trabalho <input type="checkbox"/> Aposentadoria <input type="checkbox"/> Pensão, abono <input type="checkbox"/> Aluguel <input type="checkbox"/> Doação <input type="checkbox"/> Programa Social. Qual(is)? <input type="checkbox"/> Bolsa Família <input type="checkbox"/> Renda Mínima <input type="checkbox"/> Bolsa Trabalho |

| <input type="checkbox"/> Outros: _____ |
|--|
| II.5) Qual é o seu trabalho ou ocupação principal? _____ |
| II.6) No seu domicílio há (quantos?): <input type="checkbox"/> Aparelho de Som? _____ <input type="checkbox"/> Televisão? _____ <input type="checkbox"/> DVD? _____ <input type="checkbox"/> Geladeira? _____ <input type="checkbox"/> Freezer? _____ <input type="checkbox"/> Máquina de lavar roupa? _____ <input type="checkbox"/> Computador (micro, laptop ou notebook)? _____ <input type="checkbox"/> Telefone fixo? _____ <input type="checkbox"/> Telefone celular? _____ <input type="checkbox"/> TV por assinatura? _____ <input type="checkbox"/> Automóvel? _____ <input type="checkbox"/> Motocicleta? _____ <input type="checkbox"/> Banheiro? _____ <input type="checkbox"/> Quarto? _____ |
| II.7) Qual é a sua renda familiar mensal? <input type="checkbox"/> Nenhuma renda. <input type="checkbox"/> Até 1 salário mínimo (até R\$ 678,00). <input type="checkbox"/> 1 a 3 salários mínimos (R\$ 678,01 a R\$ 2.034,00). <input type="checkbox"/> 3 a 6 salários mínimos (R\$ 2.034,01 a R\$ 4.068,00). <input type="checkbox"/> 6 a 9 salários mínimos (R\$ 4.068,01 a R\$ 6.102,00). <input type="checkbox"/> 9 a 12 salários mínimos (R\$ 6.102,01 a R\$ 8.136,00). <input type="checkbox"/> 12 a 15 salários mín. (R\$ 8.136,01 a R\$ 10.170,00). <input type="checkbox"/> Mais de 15 salários mínimos (mais de R\$ 10.170,01). <input type="checkbox"/> Prefiro não declarar |
| II.8) Escolaridade <input type="checkbox"/> Não sabe ler e escrever <input type="checkbox"/> Semi-alfabetizado(a) <input type="checkbox"/> Ensino fundam. incompleto (1ª à 4ª / antigo primário) <input type="checkbox"/> Ensino fundam. completo (5ª à 8ª / antigo ginásio) <input type="checkbox"/> Ensino médio incompleto (antigo 2º grau) <input type="checkbox"/> Ensino médio completo <input type="checkbox"/> Ensino superior incompleto <input type="checkbox"/> Ensino superior completo <input type="checkbox"/> Pós-graduação |
| CAMADA III: CARACTERÍSTICAS DA CASA E DO TERRENO |
| III.1) Quantos anos foram necessários para você adquirir a casa própria? _____ |
| III.2) A aquisição do lote no Bairro Bom Jesus ocorreu de que forma? <input type="checkbox"/> Compra <input type="checkbox"/> Herança <input type="checkbox"/> Programa habitacional/ Qual? _____ <input type="checkbox"/> Outros _____ |
| III.3) Em que ano a aquisição ocorreu? _____ |
| III.4) O lote é legalizado? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não |
| Se não, qual é a dificuldade para regularizar a situação? _____ |
| III.4) Paga impostos municipais referentes ao terreno? <input type="checkbox"/> Sim. Quais? <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não sei <input type="checkbox"/> IPTU (Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana) <input type="checkbox"/> ITBI (Imposto sobre Transmissão Inter Vivos de Bens e Imóveis e de Direitos Reais a eles relativos) <input type="checkbox"/> ISS (Imposto sobre Serviços) <input type="checkbox"/> Outros: _____ |

III.5) Existe “puxadinho” no terreno onde mora? (“PUXADINHOS”: cômodos ou até mesmo casas construídos ao longo do tempo, após o término da casa original) () Sim () Não

Se não, pensa em fazer ou tem necessidade de ampliar a construção? Por quê?

Se sim, quantos: () 1 () 2 () 3 () Mais _____

***** DAQUI EM DIANTE;*****
QUESTÕES APENAS PARA TERRENOS COM “PUXADINHO(S)”

III.6) A construção do(s) puxadinho(s) foi realizada

() Mediante contratação de serviços de um profissional (pedreiro, arquiteto ou engenheiro)
() Pelo(a) próprio(a) dono(a) do terreno com auxílio de um profissional
() Pelo(a) próprio(a) dono(a) do terreno sozinho
() Pelo(a) dono(a) do terreno com auxílio de membros da família
() Pelo(a) dono(a) do terreno com o auxílio de vizinhos e amigos
() Por “mutirão” do bairro (“MUTIRÃO”: grupo de voluntários que se unem para construir casas para a população de baixa renda)
() Outros _____

III.7) Em relação à datas de construção do(s) puxadinho(s):
() Já foi(foram) construído(s) /Ano: _____
() Está(estão) em construção /Quantos? _____

III.8) A divisão dos cômodos, enfim, a planta e o projeto da construção do(s) puxadinho(s) foram feitos por quem?
() Por profissional da área (arquiteto/engenheiro)
() Pelo(a) próprio(a) dono(a)
() Outros _____

III.9) Em que(quais) momento(s) foi(foram) ou é(são) construído(s) o(s) puxadinho(s)? (múltipla escolha)
() Durante o dia
() Após o horário de serviço
() Aos finais de semana
() Outros: _____

III.10) A construção foi inspirada em algo ou em alguma outra casa? () Sim () Não

Nota: _____

III.11) A compra do material de construção do(s) puxadinho(s) foi feita mediante:
() Pagamento à vista
() Pagamento parcelado
() Empréstimo ou financiamento em agências bancárias
() Foi comprado aos poucos conforme a situação financeira do momento
() Programas habitacionais de crédito (_____)
() Outros _____

III.12) Onde o material foi comprado:
() Loja do bairro
() Loja do centro da cidade
() Outros _____

III.13) O que motivou a escolha do local da compra?
() Preço
() Proximidade da residência
() Qualidade do material
() Outros _____

III.14) Qual porcentagem do seu salário você considera que investe em reforma ou ampliação da casa? _____

III.15) Quando sobra material de alguma obra do seu terreno, o que é feito com ele?
() Guarda para a próxima ampliação da casa ou para reformas futuras
() Devolve à loja e pega o dinheiro de volta
() Doa
() Outros _____

III.16) Qual motivo levou à construção do(s) puxadinho(s)? Com qual finalidade?

III.17) Você considera que a construção do(s) puxadinho(s) foi vantajosa? () Sim () Não

Por quê?

III.18) Tipo de uso do(s) puxadinho(s):
() Moradia Familiar
() Aluguel
() Comércio
() Outros _____

III.19) Número total de morados no terreno (se for o caso, especificar por casas): _____

III.20) Você enfrenta ou já enfrentou algum problema relacionado à construção do puxadinho no seu terreno?
() Sim () Não
Se sim, relacionado a quem e por quê?

III.21) Se tivesse condições ou uma oportunidade, você construiria ou compraria uma casa em outro terreno?
() Sim () Não
Por quê?

III.22) Você tem acesso a informações sobre as leis ou programas habitacionais de Viçosa, como a lei de zoneamento ou programas como o Aluguel Social e o Habite-se? () Sim () Não
Se sim, essas informações são claras, constantes?
() Sim () Não. Por quê?

CAMADA IV: POSTURA POLÍTICA E REINVINDICAÇÕES

IV.1) Participa de alguma associação ou movimento social?
() Sim () Não
Qual (nome/campo de luta: moradia, saúde, etc.)?

Se sim, com qual frequência?
() Participa de todas
() Participa de vez em quando
() Nunca participa

Quais são as principais reivindicações feitas?

As reivindicações feitas são acatadas pela gestão pública, essa associação ou movimento é útil?
() Sim () Não () Em partes
Nota: _____

Se não, porque não participa?
() Não tem tempo
() Não conhece nenhuma
() Não se interessa
() Outros _____

IV.2) Qual a sua sugestão à prefeitura para a melhoria da questão habitacional em Viçosa, sobretudo no seu bairro?

IV.3) Qual a sua sugestão para o Governo em relação à melhoria da questão habitacional urbana e em relação às políticas públicas no Brasil?

CAMADA V: OBSERVAÇÕES GERAIS DA PESQUISADORA

V.1) O local encontra-se em área de risco ou em área ambientalmente ilegal? () Sim () Não
Se sim, especificar:
APP (área de preservação permanente)
() Topo de morro
() Loteamentos de encostas íngremes
APA (área de preservação ambiental)
() olho d’água/ nascente /
() beira de rio

V.2) Demais características da casa e da rua:

ANEXO B

Entrevista-semiestruturada direcionada aos
funcionários das instituições municipais

PESQUISA PARA MONOGRAFIA

PESQUISADORA: Regiane Valentim Leite - Graduada em Bacharelado em Geografia.

TEMA: “Paisagens que mentem e revelam: uma análise dos *puxadinhos* como estratégia e expressão da periferia de Viçosa – MG, bairro Bom Jesus”.

OBJETIVO GERAL: Compreender a dinâmica dos *puxadinhos* e seus efeitos como/sobre a estratégia econômica das famílias residentes no bairro Bom Jesus, bem como reavaliar os estereótipos existentes sobre a paisagem periférica da cidade.

PÚBLICO-ALVO: Funcionários de instituições municipais.

Nome: _____

Cargo: _____ Há quantos anos trabalha na instituição: _____

Reside em que bairro de Viçosa: _____

1. Quais são as maiores dificuldades encontradas em relação à habitação em Viçosa?
2. Quais os principais Programas Habitacionais desenvolvidos em Viçosa ao longo do tempo você tem conhecimento?
3. Qual Política Municipal de Habitação encontra-se em vigor atualmente? De que forma é desenvolvida? Como você avalia essa ação?
4. O que você entende por autoconstrução?
5. Vocês enfrentam algum problema relacionado à autoconstrução, aos *puxadinhos* em Viçosa?
6. Existem programas, projetos referentes aos *puxadinhos*? Se sim, está sendo desenvolvido?
7. Existe algum programa referente a esse assunto no bairro Bom Jesus?
8. Quais os principais problemas enfrentados pela gestão pública no bairro Bom Jesus? É em relação à regularização dos terrenos?
9. Em sua opinião, qual o motivo da constante construção dos *puxadinhos* em Viçosa, mais precisamente nas periferias?
10. Houve, em algum momento, ação da SEAC (Secretaria Especial de Ação Comunitária) no bairro Bom Jesus, como, por exemplo, “mutirões” para realização de obras habitacionais?
11. São realizadas reuniões com os moradores do Bom Jesus a fim de discutir os problemas do bairro?
12. Existe alguma associação ou conselho para tal fim e dos quais a instituição participa? Se sim, quais são as reivindicações feitas pela população?
13. A prefeitura estimula a ação participativa por parte dos moradores? Como?
14. Qual a sua sugestão à Prefeitura para a melhoria da questão habitacional em Viçosa, sobretudo nas periferias?
15. Qual a sua sugestão para o Governo em relação à melhoria da questão habitacional urbana e em relação às políticas públicas no Brasil?
16. Por favor, cite duas palavras que vêm à sua mente quando olha a paisagem do bairro Bom Jesus? (Mostrar fotos variadas do bairro)
17. Por favor, cite duas palavras que vêm à sua mente quando olha a paisagem dos bairros mais centrais da cidade?

ANEXO C

Entrevista-semiestruturada direcionada ao
profissional da área acadêmica

PESQUISA PARA MONOGRAFIA

PESQUISADORA: Regiane Valentim Leite - Graduanda em Bacharelado em Geografia.

TEMA: “Paisagens que mentem e revelam: uma análise dos *puxadinhos* como estratégia e expressão da periferia de Viçosa – MG, bairro Bom Jesus”.

OBJETIVO GERAL: Compreender a dinâmica dos *puxadinhos* e seus efeitos como/sobre a estratégia econômica das famílias residentes no bairro Bom Jesus, bem como reavaliar os estereótipos existentes sobre a paisagem periférica da cidade.

PÚBLICO-ALVO: Especialista sobre o tema da pesquisa dentro do âmbito acadêmico.

Nome: _____

Instituição: _____ Cargo: _____

Reside em que bairro de Viçosa: _____

1. O que você entende por autoconstrução?
2. De acordo com a definição do site Dicionário Informal, *puxadinho* “é uma extensão que se faz numa casa (...) em forma ilegal para aproveitar mais o espaço e poder utilizá-lo para mais um ambiente”, por Miriam Gerber. Os *puxadinhos* podem ser considerados um tipo de autoconstrução? Por quê?
3. Em sua opinião, qual o motivo da constante construção dos *puxadinhos* em Viçosa, mais precisamente nas periferias?
4. Você acha que os programas habitacionais e políticas públicas vigentes resolvem os problemas de moradia a nível municipal e também nacional?
5. A seu ver, quais são os agentes realmente favorecidos pelas políticas públicas habitacionais brasileiras: a população de baixa renda ou a indústria da construção civil?
6. Até que ponto a autoconstrução é favorável aos interesses de mercado?
7. A formulação ou a não-formulação de programas governamentais esboçam algum tipo de controle sobre as formas de habitar encontradas pelos pobres?
8. Se não existissem os arredores autoconstruídos (as periferias) a população de baixa renda teria lugar no plano?
9. Qual a sua sugestão à Prefeitura para a melhoria da questão habitacional em Viçosa, sobretudo nas periferias?
10. Qual a sua sugestão para o Governo em relação à melhoria da questão habitacional urbana e em relação às políticas públicas de modo geral, no Brasil?
11. Qual a sua sugestão para uma maior eficácia e integração entre as ações participativas populares e parcerias com a gestão pública da cidade?
12. Por favor, cite duas palavras que vêm à sua mente quando olha a paisagem do bairro Bom Jesus? (Mostrar fotos variadas do bairro)
13. Por favor, cite duas palavras que vêm à sua mente quando olha a paisagem dos bairros mais centrais da cidade?

ANEXO D

Artigo completo do Jornal Estado de Minas

. ‘Puxadinho’ aquece a construção civil

Quase 70% dos gastos com moradia das classes C, D e E são com a reforma da casa. Valor chega a R\$ 37 bilhões ao ano

GEÓRGEA CHOUCAIR

A ampliação da casa da baixa renda, o famoso “puxadinho”, é uma das alavancas para o setor de material de construção civil no país.

Mais de 68% dos gastos com moradia das classes C, D e E são com reforma de casa, segundo levantamento da empresa de consultoria Data Popular, que faz pesquisas sobre os hábitos de consumo da população de menor poder aquisitivo. O comércio de materiais de construção para a baixa renda movimentou mais de R\$ 37 bilhões ao ano, segundo a consultoria. O levantamento *Construção na Base da Pirâmide – Comportamento de Compra* foi encomendado pela Avenida Brasil Comunicação e Marketing. Os consumidores das classes C, D e E representam 87% da população brasileira, segundo a Data Popular. Eles têm ganho mensal de até 10 salários mínimos (R\$ 3,8 mil) e movimentam cerca de R\$ 515 bilhões ao ano. O puxadinho é a forma encontrada por essa população de baixa renda para fugir da mensalidade da locação do imóvel. Apenas 16% dos brasileiros pagam aluguel. “A casa do consumidor popular está em constante construção. O crescimento da família dá origem ao puxadinho”, afirma Renato Meirelles, sócio-diretor da Data Popular. No mercado da construção civil, diz, esse consumidor tem um novo perfil: é cliente e avalista.

O autônomo Sérgio Ricardo Silva nunca pagou aluguel. Morava com a família na casa do pai. Há três anos, ele se mudou para a casa da sogra. Para abrigar a família (mulher, duas filhas e afilhado), construiu sua moradia no andar superior da casa, na Vila Santa Isabel, aglomerado de baixa renda próximo ao bairro Cruzeiro, na região Centro-Sul de Belo Horizonte. “Antes, eu era vigilante. O preço do aluguel pesava no orçamento, não dava para pagar. Como autônomo, agora ganho mais”, diz Silva. No total, dez pessoas moram na casa da sogra. Na parte de baixo, ela mora com quatro filhas. Na de cima, o autônomo e mais quatro pessoas. Ele conta que gastou cerca de R\$ 8 mil com a obra da casa e o pagamento foi financiado. Foram construídos dois quartos, sala, cozinha e banheiro.

Além disso, o casal aproveitou para fazer mais um cômodo onde trabalha com a mulher.

O presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), Paulo Safady Simão, afirma que o puxadinho, também conhecido como mercado formiguinha, é importante e deve existir, mas não como carro chefe do setor. “Não pode ser criada uma política de habitação popular com base nesse mercado, pois é um estímulo à informalidade”, diz Simão.

Cerca de 90% do déficit habitacional brasileiro está concentrado na população com renda de até cinco salários mínimos (R\$ 1,9 mil). O déficit habitacional do país está estimado em 7,9 milhões de moradias. Em Minas, são 600 mil e, em BH, 160 mil. A nova aposta do mercado para tentar diminuir o déficit habitacional está no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que prevê investimentos de R\$ 503,9 bilhões de 2007 a 2010 em projetos de habitação, logística, energia e saneamento. Por meio dele, o governo busca ampliar a participação da construção civil no PIB, já que o setor gera muitos empregos e sem grande exigência de qualificação.

Nos bancos, o financiamento de imóveis está em ritmo acelerado neste ano. Os empréstimos com recursos da poupança atingiram o volume recorde de R\$ 1,32 bilhão em março deste ano, 116% acima do apurado no mesmo mês do ano passado, segundo a Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (Abecip). O número de unidades financiadas quase dobrou no mês passado, em relação ao mesmo mês de 2006: chegou a 16.084 unidades.

ANEXO E

Cópias, em tamanho original, das certidões obtidas
no Cartório de Registro de Imóveis – CRI

REGISTRO DE IMÓVEIS

LACYR DIAS DE ANDRADE

OFICIAL DO REGISTRO DE IMÓVEIS

Lei Federal n.º 4.827 e Reg. 18.542 de 24 de dezembro de 1928

Art. 206 — Si o imóvel não estiver lançado nome do outorgante o oficial exigirá a transcrição do título anterior, qualquer que seja a sua ureza, para manter a continuidade do registro.

Art. 228 — Em tôdas as escrituras e atos relativos a imóveis os tabeliães e escrivães darão referência ao registro anterior, seu número e cartório, bem como nas declarações de bens prestadas em inventários e nos autos de partilha.

Certifico que no livro 3-AT foi feita, hoje, sob o número de ordem 30.726, a transcrição da Escritura Pública de compra e venda, do imóvel situado no lugar denominado "Antiga Fazenda da Conceição", nesta Cidade de Viçosa, no valor de R\$130.000,00 (cento e trinta mil cruzeiros), sendo adquirente: GERALDO DE CARVALHO ARAÚJO, brasileiro, casado, farmacêutico, residente e domiciliado nesta Cidade de Viçosa e transmitentes: ADÃO LADEIRA DE CARVALHO e sua mulher, D^{sa} ILIDIA VITARELLI DE CARVALHO, brasileiros, êle comerciante, ela do lar, residentes e domiciliados nesta Cidade de Viçosa, constando o imóvel de: UMA ÁREA de terreno com aproximadamente 8,0000Ha (oito hectares) mais ou menos, dentro das seguintes divisas e confrontações: Partindo do principio de um valo, daí subindo por um brejo, nas divisas dos terrenos de Paulo Pires Vieira; daí virando à direita, segue em direção a uma grotta, até as divisas com José Lopes Pereira; daí, em direção da grotta, seguindo oombo, até o alto, nas divisas com terreno de Joaquim Cardoso, daí virando à esquerda, pelo valo, até as divisas com terrenos da UREMG, por cêrca, até o fim do primeiro valo, daí descendo à esquerda, dividindo com terrenos de Sebastião da Silva Dantas, dêste até o ponto de partida. Registro anterior 28.739, livro 3-AQ. * Não houve condições. * Conforme consta da escritura lavrada em notas do Tabelião Faria, 2º Ofício, Cidade, em 04 de novembro de 1964. * O referido é verdade. Dou fé. *

Viçosa, 1º de dezembro de 1964.

O Oficial.

do de Minas Gerais



Comarca de Viçosa

Registro de Imóveis

LACYR DIAS DE ANDRADE

OFICIAL DO REGISTRO DE IMÓVEIS

Lei Federal n.º 4.827 e Reg. 18.542 de 24 de dezembro de 1928

Art. 206 — Si o imóvel não estiver lançado e do outorgante o oficial exigirá a transcrição do título anterior, qualquer que seja a sua natureza, para manter a continuidade do registro.

Art. 228 — Em todas as escrituras e atos relativos a imóveis os tabeliães e escrivães darão referência ao registro anterior, seu número e cartório, bem como nas declarações de bens prestadas em inventários e nos autos de partilha.

Certifico que no livro 3-AT foi feita, hoje, sob o número de ordem 31.111, a transcrição da Escritura Pública de compra e venda, do imóvel situado no lugar denominado "Bairro da Conceição", nesta Cidade de Viçosa, no valor de \$100.000 (cem mil cruzeiros), sendo adquirente: MANOEL DUARTE PONTES, brasileiro, casado, funcionário público estadual, residente nesta Cidade de Viçosa e transmitentes: Geraldo de Carvalho Araújo e sua mulher, Da Dalva Fontes Araújo, brasileiros, - ele farmacêutico, ela do lar, residentes nesta Cidade de Viçosa, constando o imóvel de: UMA ÁREA de terreno, desmembrada de maior porção com cerca de 20.000m², - mais ou menos, ou sejam dois (2) hectares, aproximadamente, e as seguintes medidas, divisas e confrontações: Partindo do córrego, nas divisas de Paulo Pires Vieira, segue por este acima, até as divisas de João de Tal e irmãos, daí segue por uma cerca de arame, daí segue em rumo a um marco de areeira subindo com os mesmos João e irmãos, até o marco; daí virando à esquerda voltando em umombo, segue em linha reta até o valo, dividindo com os outorgantes vendedores, pelo valo abaixo, dividindo com Sebastião Dantas, até o ponto de partida. - Registro anterior 30.726, livro 3-AT.* Não houve condições.* Conforme consta da citada escritura lavrada em notas do Tabelião Geraldo Lopes de Faria, 2º Ofício, Cidade, em 07 de abril de 1965.* O referido é verdade. Dou fé.*

Viçosa, 28 de abril de 1965.

O Oficial.*

Registro de Imóveis

LACYR DIAS DE ANDRADE

OFICIAL DO REGISTRO DE IMÓVEIS

LEI FEDERAL N.º 4.827 E REG. 18.542 DE 24 DE DEZEMBRO DE 1928

Art. 206 — Si o imóvel não estiver lançado em nome do e o oficial exigirá a transcrição do título anterior, qual-seja a sua natureza, para manter a continuidade do

Art. 228 — Em todas as escrituras e atos relativos a imóveis os tabeliães e escrivães darão referência ao registro anterior, seu número e cartório, bem como nas declarações de bens prestadas em inventários e nos autos de partilha.

CERTIFICO que no livro 3-AX foi feita, hoje, sob o número de ordem 33.451, a transcrição da Escritura Pública de compra e venda, do imóvel situado no lugar denominado "Bairro Nossa Senhora Aparecida", nesta cidade de Viçosa, no valor de NCr\$500,00 (quinhentos cruzeiros novos), sendo adquirente: JOAQUIM DE CASTRO ROCHA, brasileiro, casado, agricultor, residente e domiciliado nesta cidade de Viçosa, e transmitentes: - Manoel Duarte Pontes e sua mulher, D^{ca}. Joana Santana Pontes e José Agostinho e sua mulher, D^{ca}. Ana Romualda Agostinho, brasileiros, proprietários, residentes nesta cidade de Viçosa, constando o imóvel de: - UMA ÁREA de terreno medindo 1.680,00 metros quadrados, mais ou menos, dentro das seguintes medidas, divisas e confrontações: 8,00 metros na linha da frente, por onde divide com terrenos, digo, por onde divide com rua aberta e sem denominação; 25,00 metros pela lateral direita, por onde divide com Mnoel Duarte Pontes ou sucessores; daí, segue, à direita, numa distância, mais ou menos, trinta (30) metros, até as divisas de Pedro Lopes da Mota; daí, à esquerda, segue, dividindo com Pedro Lopes da Mota, numa distância de 27,00 metros, até encontrar um valo; desse, pela esquerda, numa distância de 60,00 metros, mais ou menos, até uma cerca de arame, seguindo pela cerca na distância de 25,00 metros até a divisa de Centro Espirita, continua as suas divisas pelo lado direito, até a rua, fechando no ponto de partida. Registros anteriores 31.111, livro 3-AT, que vende 1.480,00m² e 32.684, vende 200,00m². * Não houve condições. Conforme consta da citada escritura lavrada em notas do Tabelião Substituta, Liana Nacif de Faria, 2º Ofício, - Cidade, em 30 de setembro de 1967. * O referido é verdade. Dou fé. *

Viçosa, 4 de outubro de 1967.

_____ O Oficial.*

República Federativa do Brasil

ESTADO DE MINAS GERAIS



COMARCA DE VIÇOSA

Registro de Imóveis

OFICIAL: Lacyr Dias de Andrade

Matrícula - 2259

1º de setembro de 1977

Imóvel:- Um lote de terra, situado no Bairro Nossa Senhora Aparecida, nesta cidade de Viçosa, medindo aproximadamente 120,00 ms², dentro das medidas e confrontações: " 8,00 metros na Frente com a Rua^T sem denominação; 8,00 metros no fundo com Luiz Garcia; 15,00 metros pela direita com Osvaldo Vieira; 15,00 metros pela esquerda, com José Policarpo;

Reg. ant. 33.451, L^o 3-AZ.

Proprietário: Joaquim de Castro Rocha, brasileiro, casado, proprietário, residente nesta cidade, CPF. 022794526-00.

R-1-2259:- 1.9.77. Transmitente: Joaquim de Castro Rocha e s/m, Eugenia Maria da Silva. Adquirente: Sebastião Caetano, brasileiro, casado, motorista, residente em Santo Amaro (SP), CPF. 853255628-00.- COMPRA E VENDA, de 1º.9.77. 1º Ofício, Viçosa, L^o 57, fls. 197. Valor Cr\$ 2.000,00. Dou fé. *[Assinatura]*

R-2-2259: 24.07.2000. Transmitentes: Sebastião Caetano e s/m Joana Escolástica Caetano e como intervenientes anuentes: Elpídio Braga Martins e s/m Vânia Ilizabete de Oliveira Martins. Adquirente: CORDOVIL ALVES DA SILVA, comerciante, CPF 284.317.156-34, CI 8.845.084 SSP-MG, casado com FRANCISCA ALVES DA SILVA, do lar, CPF 039.274.036-28, brasileiros, residentes e domiciliados em Paula Cândido-MG. Escritura Pública de Compra e Venda datada de 07.12.1999, Cartório do 2º Ofício, Viçosa-MG., L^o 181, fls. 29. Valor R\$1.500,00. Dou fé. *[Assinatura]*

AV-3-2259: 24.07.2000. Conforme Certidão datada de 21.07.2000, expedida pela Prefeitura Municipal desta cidade de Viçosa-MG., que fica arquivada em Cartório, o imóvel desta matrícula, está situado à Rua Alice Moreira Pinheiro, s/n, no Bairro Bom Jesus, nesta cidade de Viçosa-MG. Dou fé. *[Assinatura]*

R-4-2259: 08.11.2006. Transmitentes: Cordovil Alves da Silva e s/m Francisca Alves da Silva. Adquirentes: CLÁUDIO LUCIANO
Vide Verso...

ANEXO F

Quadro de “Critérios para Enquadramento na Condição de Família em Situação de Vulnerabilidade Social”, segundo a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB / SUAS – MAS Ministério da Ação Social

| CRITÉRIOS | |
|-----------|--|
| 1- | Famílias que residem em domicílio com serviços de infraestrutura inadequados. Conforme definição do IBGE, trata-se dos domicílios particulares permanentes com abastecimento de água proveniente de poço ou nascente ou outra forma, sem banheiro e sanitário ou com escoadouro ligado à fossa rudimentar, vala, rio, lago, mar ou outra forma e lixo queimado, enterrado ou jogado em terreno baldio ou logradouro, em rio, lago ou mar ou outro e mais de dois moradores por dormitório. |
| 2- | Famílias com renda familiar per capita inferior a um quarto de salário mínimo. |
| 3- | Famílias com renda familiar per capita inferior a meio salário mínimo cujo responsável tenha menos de quatro anos de estudo e com pessoas de 0 a 14 anos. |
| 4- | Família na qual o responsável é mulher, analfabeta, sem cônjuge, com filhos menores de 15 anos. |
| 5- | Família na qual há uma pessoas com 16 anos ou mais, desocupada (procurando emprego) com quatro ou menos anos de estudo. |
| 6- | Família na qual há uma pessoa com 10 a 15 anos de idade e que trabalhe. |
| 7- | Família na qual há uma pessoa com 4 a 14 anos de idade que não estude. |
| 8- | Família com renda familiar per capita inferior a meio salário mínimo, com pessoas de 60 anos ou mais. |
| 9- | Família com renda familiar per capita inferior a meio salário mínimo, com uma pessoa com deficiência. |

Fonte: Retrato Social de Viçosa IV, 2011.